

ENTREVISTA
Conversando com uma guerreira
Janira Rocha

Ano IV | Nº 10 | Abril de 2012 Uma publicação da Fundação Lauro Campos

SOCIALISMO & LIBERDADE



Protesto contra o golpe de 64



Bombeiros, policiais e educação do Rio



Greve no Comperj



Conflito nas construções das hidrelétricas

ENTREVISTA

Ivan Valente

Presidente do PSOL

CONJUNTURA

Contribuição à análise do pacote de estímulo da produção do governo Dilma Rouseff

Por Gilvandro Antunes

SINDICALISMO

Multinacional Johnson declara guerra ao sindicalismo classista!

Por Nancy Galvão

SETOR PÚBLICO

Corrupto não faz greve

Por Maria Lucia Fattorelli

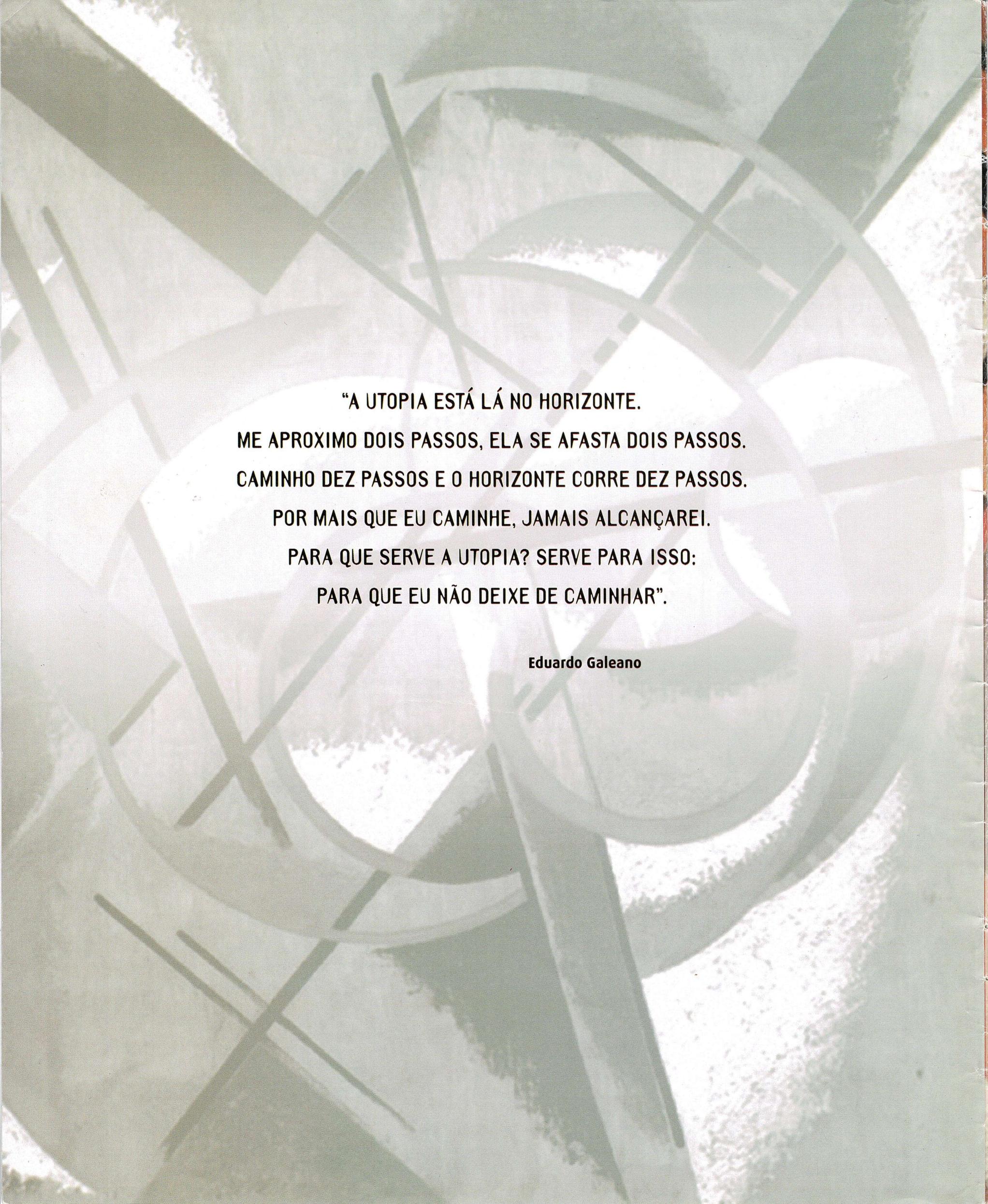
ELEIÇÃO

É Freixo: A maré da nova política para mudar o Rio

Por Israel Dutra

Rio+20: o capitalismo empurra a humanidade para uma crise de civilização

Por José Correa Leite

The background of the page is a photograph of a beach with waves breaking on the shore. Overlaid on this image is a semi-transparent grid pattern consisting of thin, light-colored lines that intersect to form a series of squares and rectangles across the entire page.

**“A UTOPIA ESTÁ LÁ NO HORIZONTE.
ME APROXIMO DOIS PASSOS, ELA SE AFASTA DOIS PASSOS.
CAMINHO DEZ PASSOS E O HORIZONTE CORRE DEZ PASSOS.
POR MAIS QUE EU CAMINHE, JAMAIS ALCANÇAREI.
PARA QUE SERVE A UTOPIA? SERVE PARA ISSO:
PARA QUE EU NÃO DEIXE DE CAMINHAR”.**

Eduardo Galeano

SOCIALISMO & LIBERDADE

Ano IV | Nº 10 | Abril de 2012 Uma publicação da Fundação Lauro Campos

Sumário

Editorial A viagem de Dilma e os ventos da instabilidade Por Roberto Robaina	4
Multinacional Johnson declara guerra ao sindicalismo classista! Por Nancy Galvão	5
É Freixo: A maré da nova política para mudar o Rio Por Israel Dutra	8
Eleições 2012 - A Batalha de Belém Por Araceli Lemos	8
São Paulo: Gianazzi vence as prévias e será o candidato do PSOL Mandato Carlos Giannazi	12
Greve dos Professores Em defesa da Educação! Carlos Giannazi e Paulo Spina	13
Conversando com uma guerreira	
Entrevista Marisa Pinto e Sergio Granja entrevistam Janira Rocha	14
Previdência complementar fragiliza direitos dos servidores Por Randolfe Rodrigues	19
Contribuição à análise do pacote de estímulo da produção do governo Dilma Roussef Por Gilvandro Antunes	20
Corrupto não faz greve Por Maria Lucia Fattorelli	22
De volta ao futuro Por Luiz Arnaldo Campos	25
Copa 2014: A FIFA faz a festa e o Brasil paga a conta Por Adolfo Santos	26
Rio+20: o capitalismo empurra a humanidade para uma crise de civilização Por José Correa Leite	28
Reforma do Código Florestal: um projeto infesto de Brasil Por Kenzo Jucá e Renata Albuquerque	30
O Eike Batista falou: A culpa é da vítima Por Léo Lince	33
"Temos uma proposta alternativa a tudo que está aí" Entrevista Juliano Medeiros entrevista Ivan Valente	34
Com o aval do Supremo Por Cid Benjamin	38
Retorno àqueles dias "mal-ditos" Por Jean Wyllys	40
Deuses, titãs e homens: a luta por outro futuro na Grécia Por Thiago Aguiar	42
Brecha na trincheira copta Por Aldo Cordeiro Sauda	44
Aziz: a coerência de um intelectual que lutou por outro Brasil Por Maurício Costa	46



A viagem de Dilma e os ventos da instabilidade

Quando, nos anos 90, Marco Maia, o atual Presidente da Câmara dos Deputados, viajava à Europa para reunir-se com os pesos pesados do setor empresarial da Alemanha ligado à indústria automobilística, ele não imaginava que poderia ocupar, nem por um dia, o cargo de Presidente da República. Nem o da Câmara dos Deputados. Alegrou-se com a recepção dos empresários e encantava-se com as boas práticas de negociação da burocracia sindical européia. Marco Maia, como dirigente sindical metalúrgico, já levava para Canoas, pólo industrial da região metropolitana de Porto Alegre, as práticas de um sindicalismo de poucas lutas e muitas reuniões com o patronato.

Quando, este ano, assumiu a presidência interina pela primeira vez, limitou-se a mandar cartões e cartas para amigos com sua assinatura como Presidente da República em exercício. Já da segunda vez, mais à vontade, articulou com a oposição burguesa a retomada das votações sobre a Lei Geral da Copa e do Código Florestal. Que tenha Marco Maia assumido esse papel, com o entusiástico apoio da mídia patronal, foi um sinal das debilidades do governo Dilma. Depois a própria oposição afirmou que o acordo tinha sido possível pela viagem de Dilma à Índia. Não que o governo federal esteja numa situação de crise política. Não é esse ainda o caso. Apesar dos inúmeros escândalos de corrupção que marcaram os ministérios do governo, atingindo praticamente todos os partidos da base aliada, a começar pelo PC do B, cujo comando no Ministério dos Esportes produziu um assalto aos cofres públicos de mais de 40 milhões, envolvendo PP, PDT e legendas de aluguel que nem mesmo o nome se é capaz de guardar, a figura da presidente não foi atingida em cheio porque foi blindada pela própria grande mídia, autora de muitas das denúncias.

A população – que parece mesmo anestesiada com tantos escândalos – continua como já estava: sem entusiasmo pelo governo, mas sem aumentar nem canalizar sua indignação contra

ele. E quando a oposição que a mídia alardeia como tal mostra a cara, a comparação facilita ainda mais a vida do PT. O caso Demostenes é mais uma expressão disso, isto é, do fracasso da oposição burguesa em geral e do DEM e do PSDB em particular. Com o enfraquecimento do DEM e do PSDB – embora Serra resista e tente articular uma alternativa política eleitoral nacional a partir do pleito municipal de SP – o governo federal não tem uma oposição que realmente ameace seu projeto continuísta.

Apesar disso, há água entrando no barco da estabilidade política de um regime cuja natureza é um pacto de governabilidade que une todos os partidos tradicionais, os grandes empresários e a mídia, uma unidade baseada na ideia de que as instituições atuais de poder devem ser preservadas e os trabalhadores devem ser os únicos a arcar com todo e qualquer sacrifício no país. De onde vem estas águas turvas?

É importante que tenhamos em conta que o grande projeto de país defendido por Dilma e pela direção do PT é de incentivo ao desenvolvimento e à consolidação de uma rede de grandes empresas capitalistas nacionais – algo em torno das 50 maiores – com capacidade de produção para o mercado mundial. Para fomentar e sustentar estas empresas, o governo joga pesado com o financiamento do BNDES. Os Camargos Correias, as Odebrechet, as Andrades Gutierrez, os Gerdaus, as Vales, entre outros conglomerados, são os beneficiados. Nessa política, o governo federal mantém o pacto com o setor rentista, com os bancos privados e com as 5 mil famílias mais ricas do país, que recebem as fortunas relativas ao pagamento da dívida pública. Ocorre que a crise econômica mundial está pressionando e atingindo o Brasil. As contradições estão se acumulando e começam a produzir instabilidade política e social, além da econômica. Não há uma recessão, mas a desindustrialização é reconhecida pela própria classe dominante e seus meios de comunicação.

As medidas adotadas pelo governo de incentivo aos capitalistas já foram anunciadas num passado recente e muitas não saíram do papel. Agora, depois de reunir-se com os grandes magnatas da indústria, novamente Dilma anuncia um pacote de redução de impostos e de crédito. Será capaz de compensar os problemas do câmbio e a concorrência chinesa? Será capaz de compensar a redução da demanda mundial com a consequente redução do superávit comercial, com a redução do crescimento e do emprego? Dificilmente.

A base da instabilidade que tende a aumentar é, portanto, a situação econômica. Com o aumento das contradições, a pressão burguesa para que seja executada a receita de sempre vai aumentar: arrocho salarial, ataque aos servidores públicos, aos aposentados e à classe média. As greves que mais uma vez ocorrem nas grandes obras do PAC mostram que esta é a receita da lucratividade do capital. Mas mostram também a possibilidade do novo: a reação da classe trabalhadora.

Com a falta de capacidade da oposição burguesa de se apresentar como um polo nacional alternativo ao PT e ao governo federal, aumentam as brechas para uma verdadeira oposição ao projeto dos capitalistas: a oposição dos trabalhadores e do PSOL. Apenas para assinalar, as eleições do Rio de Janeiro são simbólicas nesse sentido. Com a crise histórica do PT na cidade, que, além do mais, agora apoia o PMDB na prefeitura, e com a fragilidade da direita tradicional de DEM e PSDB, o PSOL pode ocupar um espaço importante. A campanha de Marcelo Freixo, pré-candidato do PSOL à prefeitura, pode então ser o primeiro sinal de crescimento da esquerda e animar as possibilidades de sua construção como uma alternativa em todo o país num futuro não tão distante.

Roberto Robaina é presidente da Fundação Lauro Campos

Multinacional Johnson declara guerra ao sindicalismo classista!

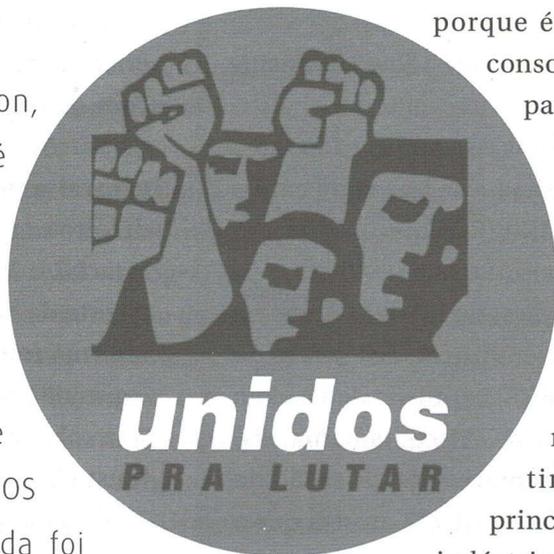
Por **Nancy Galvão**

A Johnson & Johnson, localizada em São José dos Campos-SP, começou o ano demitindo cinco dirigentes do Sindicato dos Químicos, entidade que constrói a UNIDOS PRA LUTAR. A medida foi precedida de batalha campal entre o sindicato e a empresa na campanha salarial de 2011, ocasião em que a multinacional utilizou a Polícia Militar para impedir os piquetes da greve protagonizada pela categoria.

O objetivo das demissões é atacar a representação sindical independente e perseguir a liberdade de organização operária, visando o fim do direito de greve. Trata-se de uma declaração de guerra ao sindicalismo brasileiro em meio a uma nova conjuntura, marcadas por fortes greves e ao surgimento de uma nova vanguarda lutadora.

A criminalização que está em curso visa encerrar esse processo. É, portanto, uma movimentação preventiva buscando evitar uma ebulição social maior e o fortalecimento do sindicalismo classista que deseja varrer os pelegos dos sindicatos. Esse é, ao lado do modelo econômico, um dos pontos centrais que unifica a classe dominante e seus representantes: o governo Dilma/Temer, governadores e prefeitos.

Apoiar a luta dos Químicos de São José é um dever de toda a esquerda socialista,



porque é parte da batalha por consolidar uma nova direção para a classe trabalhadora.

Uma empresa a serviço da saúde e do bem estar?

A Johnson & Johnson é uma das maiores multinacionais do planeta. Nos últimos anos tornou-se a principal e mais diversificada indústria no ramo de dispositivos médicos e diagnósticos. Na área farmacêutica, de produtos biológicos e saúde do consumidor, encontra-se entre as 10 mais importantes. Suas 250 empresas estão presentes em 51 países e empregam quase 120 mil operários.

A empresa diz ser fiel aos valores divulgados no texto “Nosso credo”, escrito por seus donos em 1943, em Nova Jersey, Estados Unidos. No “credo” afirmam ser “responsáveis para com os empregados. Devemos respeitar sua dignidade e reconhecer seus méritos. Eles devem sentir-se seguros em seus empregos. A remuneração deve ser justa e adequada. Os empregados devem sentir-se livres para fazer sugestões e reclamações”. Por isso, os operários seriam “parceiros” na promoção da “saúde e bem estar das pessoas”.

Apesar do poderio econômico e do discurso, os trabalhadores da Johnson não tem do que se orgulhar. A empresa desconhece os valores que professa, prejudicando a saúde física e psicológica dos operários, produzindo mal estar na categoria.

Nos últimos meses, mais de 100 trabalhadores foram despedidos, caracterizando demissões em massa. No chão da fábrica aprofunda-se o assédio moral, a aceleração

dos ritmos de trabalho e os acidentes. A jornada de trabalho é de 8 horas, porém o mais comum é a extensão da jornada para 12 horas por pressão das chefias. E nessas horas extras, há casos de não pagamento. Por outro lado, desde a implantação do TAG (Trabalho Auto Gerido) a empresa responsabiliza um operário de cada seção para garantir as metas de produção impostas de cima, terceirizando o assédio moral. Assim, ao mesmo tempo em que a pressão é feita pelo colega de trabalho, beneficiando a empresa, os atritos inevitáveis produzem a divisão no interior da categoria.

É nesse contexto que surgem os acidentes de trabalho. Em março, por exemplo, ocorreu acidente no setor de armazenamento de detergente, local que há tempos não passa por manutenção. Ao abrir um local altamente pressurizado a tampa estourou e dois operários ficaram feridos.

Outra prática para “reduzir custos” é a contratação de novos funcionários com salário inferior ao pago aos trabalhadores com mais tempo de serviço, descumprindo a convenção coletiva da categoria. Um dos exemplos dessa absurda situação é o cargo de auxiliar de produção.

Johnson ataca liberdade de organização dos trabalhadores

Na noite de 2 de novembro de 2011 os operários da Johnson deflagraram greve. No dia 23, na entrada do turno da manhã, a direção da empresa tentou impedir a assembleia e os piquetes utilizando a tropa de choque da PM, num desrespeito ao direito constitucional de greve. A ditadura que impera no chão da fábrica mostrou-se na portaria da empresa. A PM escoltou os ônibus que transportavam operários e os impediu de descer para participar da assembleia. Usavam escopetas para intimidar os trabalhadores e obrigar

os motoristas a avançar sobre os canteiros em alta velocidade. Fizeram uso de balas de borracha, cassetetes e gás de pimenta para impedir o sindicato de se aproximar dos ônibus. A PM atuou como “segurança patrimonial” da empresa. Tudo sem decisão judicial, contrariando as leis do país e as convenções internacionais que combatem práticas anti-sindicais. Era a continuidade do já tínhamos assistido na USP e a véspera do que ocorreria na região da Luz e no Pinheirinho.

Durante a greve o discurso das chefias era de que necessitamos de padrões chineses de produção para competir com as “mercadorias estrangeiras”, por isso exigiam o retorno imediato ao trabalho. A comparação com a China, onde a ditadura capitalista do PC Chinês impõe salários de fome, desvenda claramente as intenções da empresa. A Chinalização das relações de trabalho, ou “dar o salto Chinês” como diz o Estadão pressupõe acabar com as liberdades democráticas de organização e manifestação. Apesar de todas as táticas da empresa, o conflito continuou até dia 25. A Johnson foi forçada a negociar e a greve foi suspensa. A retaliação após o movimento veio com a demissão dos cinco diretores do sindicato.

Em 2008, em outra campanha salarial, o mesmo já tinha ocorrido. A Johnson atacou os salários com manobras no Plano de Cargos gerando assembleias e atrasos de turno, período em que a empresa se negou a negociar. Para dobrar a intransigência, nos dias 30 e 31 de outubro deflagrou-se uma greve de advertência com adesão geral, incluindo os terceirizados, que arrancou aumento real de 9% e barrou o banco de horas. A retaliação veio a seguir com a demissão de dois dirigentes sindicais, a suspensão de

A criminalização na nova conjuntura

As ações da Johnson e da PM contra os operários são uma resposta as fortes greves da categoria, que vem barrando os planos de arrocho salarial. São um dos exemplos da reação contra o avanço das greves no Brasil.

O governo Dilma/Temer e os governadores intensificam a criminalização dos lutadores para agradar a patronal e tentar evitar padrões maiores de contestação. Outro objetivo é quebrar as novas lideranças que começam a despontar nas lutas, como os CIPEIROS que encabeçam a chapa de oposição SOS Metalúrgico nos estaleiros de Niterói. Demissões nas greves do setor privado, como na câmara tripartite de Jirau; judicialização das greves do setor público, como na FASUBRA; expulsão de Daciolo e 12 bombeiros no RJ e a prisão de Prisco na Bahia, são exemplos dessa dinâmica. A tentativa de cassação da deputada Janira Rocha do PSOL na ALERJ mostra que a criminalização possui contornos políticos.

A criminalização tende a aumentar porque as lutas estão crescendo e adquirem contornos explosivos e anti-burocráticos. Cada vez mais os trabalhadores rechaçam os velhos burocratas que vendem as campanhas salariais e fazem acordos secretos com a patronal. É o que vimos recentemente, em diferentes níveis, nos canteiros de obra de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte, Comperj e na greve dos rodoviários do RJ.

Lutar contra a criminalização é combater o arrocho salarial do governo e fortalecer uma alternativa de direção para nossa classe.

oito e o afastamento de Wellington Cabral, um dos principais líderes do movimento. Isso só radicalizou mais os operários que realizam uma greve histórica no interior da fábrica, parando a produção por seis dias. O desvio de ônibus para evitar assembleias, os seguranças armados e o uso da PM para evitar os piquetes consolidaram-se como a marca da multinacional.

Em defesa da organização sindical livre!

O Vale do Paraíba, onde está localizado o sindicato dos Químicos de São José dos campos, é uma das mais importantes regiões industriais do país. Nele se concentram uma vasta gama de multinacionais, como a

Johnson, GM, Volks e Monsanto. Há, ainda, gigantes “verde-amarelas” como a Embraer.

A necessidade das empresas de reduzir o custo da produção, somando ao momento conturbado da crise econômica internacional, faz com que Dilma, os governadores e os patrões tenham como política central a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o arrocho salarial, a “desoneração da folha” e o corte de benefícios. Realizar uma reforma trabalhista a conta-gotas é o grande objetivo de toda a campanha sobre a tal redução do suposto “custo Brasil”.

Essa é o pano de fundo das ações das transnacionais no Vale. A Volks tentou reduzir salários, na GM três diretores do sindicato e 2 Cipeiros foram suspensos, a AMBEV demitiu o Cipeiro Joaquim Aristeu.

No caso das demissões da Johnson a patronal se aproveitou de uma cláusula retrógrada da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que prevê estabilidade apenas para 14 dirigentes sindicais. A base química conta com 150 empresas e 10 mil trabalhadores disseminados em mais de 8 cidades. A grande maioria dos sindicatos têm mais de 14 dirigentes. Sindicatos de base estadual, por exemplo, elegem 130 sindicalistas além dos que compõem as regionais ou subsedes. Esse artigo da CLT contraria a Constituição Federal, que garante o direito à livre organização sindical, assim como os estatutos sindicais, que devidamente legalizados determinam o número de diretores de cada Sindicato.

Portanto o ataque aos Químicos é parte de um propósito maior de “flexibilização” das leis trabalhistas, objetivo que só é alcançado com complacência das direções sindicais pelegas e a destruição do sindicalismo combativo.

Para este objetivo só a repressão não basta. A multinacional lança mão de todas as possibilidades para derrotar a atual diretoria do sindicato. A mais recente foi organizar uma chapa de oposição na eleição do sindicato, que ocorrerá no mês de maio. Simultaneamente as demissões dos dirigentes sindicais, a empresa comprou diretores para o time da patronal, com intuito de enfraquecer e desmoralizar as greves. No entanto, não há espaço para a velha política de pactos com os empresários: ou se organiza a luta da categoria ou se entrega os direitos conquistados por nossa classe. Não há meio termo, e por isso o setor combativo segue organizando uma chapa independente da patronal e de luta, confluindo com todo os que não se vendem e não se rendem.

Pela reintegração dos dirigentes químicos

No mês de março, inúmeras entidades se somaram a campanha contra a Johnson & Johnson. Dentre as adesões encontram-se ANDES-SN, INTERSINDICAL, UNIDOS PRA LUTAR, FETQUIM-CUT, SINTUSP, SEPE/RJ, SINTUFF, SINTSEP-PA, Bancários de Santos, Químicos Unificados de Campinas, Osasco e Vinhedo, Fórum de Lutas de São José dos Campos e a Oposição de Esquerda da UNE. Há ainda moções internacionais do México, Argentina, Bolívia e Venezuela. O PSOL aprovou moção e seus parlamentares estão solidários.

Esse apoio garantiu uma primeira vitória para o movimento. Por meio de decisão judicial a companheira Lidia Louzado e Silvio Antonio Pereira, um dos dirigentes sindicais demitidos, foram reintegrados à fábrica. Sem dúvida uma vitória importante contra a criminalização dos lutadores em nosso país.

É em defesa do sindicalismo classista que chamamos os militantes da esquerda socialista e democrática a defenderem o sindicato dos químicos e exigirem o fim das demissões na categoria.

Nancy Galvão é Diretório nacional do PSOL – Coordenação Nacional da CST



Fórum de Lutas do Vale

Em 2011 ao calor das campanhas salariais se formou o Fórum de Lutas que desde então tem sido o principal instrumento de unificação e organização das lutas na região. O impacto da unidade tem preocupado os patrões. Pois em todas as greves e lutas a atuação é unificada. Assim foi nas greves na Johnson, na MARS do Brasil, na AmBev, na Vidroline, nos Condutores, na mobilização de Petroleiros, dos servidores municipais, das lutas do movimento sem-teto como a do Pinheirinho, e dos ambientalistas. O Fórum busca coordenar ações dos sindicatos em luta, independente da central ao qual estejam filiados. Na região, uma das poucas entidades que não participa do fórum é o sindicato dos metalúrgicos da CSP-CONLUTAS.

Em novembro do ano passado frente ao brutal ataque da Johnson com o uso ilegal da tropa de choque da polícia militar do estado para reprimir o piquete de greve, todos os sindicatos do Fórum de lutas, a Federação Química, Sindicatos e Federação de metalúrgicos, ligados a CUT estiveram ombro a ombro enfrentando a repressão junto com o Sindicato dos Químicos durante os três dias de greve. Estiveram também vereadores do PT de São José dos Campos. Os parlamentares do PSOL, Ivan Valente e Carlos Gianazzi, prestaram solidariedade à categoria.

O sindicato dos químicos ajuda a organizar o Fórum porque entende que na atual conjuntura é vital unificar todos que lutam em defesa dos nossos direitos e mantém independência frente aos governos e os patrões.

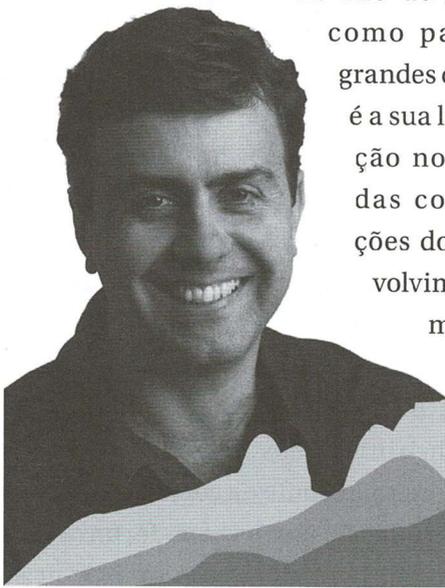
É Freixo: A maré da nova política para mudar o Rio

Por **Israel Dutra**

Que o Rio de Janeiro é uma cidade cada vez mais partida, não há dúvidas. Todo o Estado do Rio de Janeiro assiste a um processo de polarização. A combinação dos processos sociais e políticos leva a uma conjuntura complexa, repleta de contradições e oportunidades. Alçado novamente a cartão postal do Brasil, há uma disputa sobre os rumos da cidade e do estado.

O Rio como laboratório do Brasil

O fator determinante para a consolidação do Rio de Janeiro como palco de grandes disputas é a sua localização no centro das contradições do desenvolvimento do modelo



nos setores de logística, petróleo, indústria naval, energia e mineração, chegando ao posto de oitavo homem mais rico do mundo. Boa parte dos negócios de Eike tem sede no Rio de Janeiro. Estão em fase final de construção obras como o “Porto do Açú” [norte fluminense], Superporto do Oeste [Itaguaí] etc.. O desenvolvimento de novas feições passam pelas construções de novas redes de infra-estrutura como é o caso do Comperj, em Itaboraí. Os megaeventos, conforme relatório dos comitês populares da Copa, vão acarretar, em todo o Brasil, mas no Rio de Janeiro em particular, na remoção de loteamentos populares e favelas. A especulação imobiliária está atuando de forma ostensiva nesses espaços, especialmente na Zona Sul do Rio de Janeiro.

O cimento político desta engenharia é a sólida aliança entre o PMDB e o PT. O governo estadual de Cabral e prefeituras importantes, como Paes na capital, apostam suas fichas nesse modelo. As fissuras começam a aparecer. Uma reportagem do Fantástico desnudou o esquema de corrupção na rede de hospitais, com as

pelo poder público, com amplo respaldo parlamentar da maioria da bancada do PMDB e do PT.

A repressão aos movimentos que começam a questionar a legitimidade das políticas do governo apareceu com força no último período. A cruzada contra a mobilização dos militares, a multa afixada pelas Barcas S/A contra o PSOL [cinco milhões para que militantes do PSOL não protestassem contra o aumento da tarifa] afirmam um novo patamar na criminalização dos movimentos sociais, dos moradores da periferia e de todos os que possam vir a questionar os interesses dos poderosos.

Do falso consenso ao conflito emergente

A reeleição de Cabral como governador foi celebrada como um “novo tempo” no estado. O pacto que tinha na aliança PMDB e PT seu núcleo central, sustentado na tríade: UPP’s, Copa/Olimpíadas e Pré-sal, parecia insuperável. Quando da ocupação militar da Vila Cruzeiro, fato ocorrido em novembro de 2010,

econômico e político em curso no Brasil. Aqui podemos ver os elementos centrais do cenário nacional: concentração de renda, megaeventos, a aliança em torno da “governabilidade” [PT e PMDB] e de forma crescente, a repressão ao movimento social. O grande comandante dos negócios da burguesia brasileira ascendente é Eike Batista. Com seu “centro operacional” no Rio, ele movimentou grande contingente de capitais

empresas Locanty e Rufolo fazendo lobby para licitações e contratos com o poder público. Ainda no terreno das concessões públicas, o transporte também carrega a marca das relações promíscuas com o poder público. No mesmo momento em que a saúde do Rio de Janeiro foi considerada uma das mais precárias do país. A empresa Barcas S/A, responsável pelo transporte na Baía da Guanabara, teve um aumento subsidiado

o projeto Dilma/Cabral era tido como uma fortaleza no Rio de Janeiro. As elites nacionais chegaram a alimentar uma ideia de que viveríamos novos “anos dourados”, culminando com a Olimpíada de 2016.

As contradições deste modelo saltaram aos olhos. Em Junho de 2011, a inércia foi rompida. Uma categoria tão respeitada socialmente como os bombeiros foi à luta por seus direitos. A mobilização gerou uma

verdadeira onda vermelha; uma onda popular em apoio à greve dos bombeiros e contra o autoritarismo de Cabral que prendeu 439 ativistas. Como explica Freixo neste trecho:

“O caso do Rio de Janeiro, por exemplo. O governo fala da inviabilidade de conceder reajustes que resultariam em um impacto de R\$ 1 bilhão no orçamento anual de R\$ 61.96 bilhões em 2012. Mas esse mesmo governo concordou em conceder mais de R\$ 50 bilhões em quatro anos (2007-2010) em isenções fiscais para empresas instaladas no estado. Além disso, carece de credibilidade o argumento orçamentário apresentado por um governo afetado gravemente pela corrupção e pela incompetência na gestão dos recursos públicos.”

Os bombeiros colocaram uma tarefa para vários setores. A mobilização social começou a despertar um protagonismo em diferentes frentes. Neste ano de 2012, a greve unificada da polícia civil, militar e dos bombeiros foi derrotada, conhecendo a dura face da repressão. A perseguição resultou na prisão do líder Daciolo, seguida de sua expulsão e de mais 12 lideranças dos quadros das corporações militares. Apesar da derrota dos bombeiros, outras categorias fizeram greve: os operários do Comperj cruzaram os braços durante quase vinte dias; rodoviários de Niterói atropelaram a direção burocrática de seu sindicato, numa forte greve que durou quase uma semana. Também em Niterói, houve ampla mobilização social contra o aumento das barcas e por um transporte de qualidade. Em todos esses processos sociais assistimos a novas lideranças e formas de luta. A insatisfação represada toma novas formas. A solidariedade com a Deputada Janira Rocha, atacada por Cidinha Campos, foi massiva, na opinião pública, nas redes sociais e nas camadas mais informadas.

A sociedade começa a se mover. Começa também a buscar uma representação política à altura de suas necessidades. Toda uma



importante parcela da população questiona o modelo Cabral/Paes, sua forma de fazer política e suas tradicionais alianças. A hipótese de uma “maré” a favor de mudanças e por uma nova política está se postulando no horizonte.

Freixo, uma campanha em movimento

A pré-candidatura de Marcelo Freixo à prefeitura do Rio de Janeiro tem boas chances de representar o novo. Ao contrário das alianças pragmáticas que sustentam as candidaturas majoritárias, como Paes e a unidade entre DEM e PR na campanha Maia/Garotinho, o principal motor da campanha Freixo é sua capacidade de articular alianças com o conjunto da sociedade. Nesse sentido, o reforço de Marcelo Yuka, como candidato a vice, é uma ótima notícia.

A campanha terá um caráter de movimento. É fundamental publicizar uma agenda alternativa que incorpore o combate à corrupção e promiscuidade dos agentes públicos, a defesa de uma presença positiva do Estado nas comunidades e bairros mais afastados e que promova a “inteligência” da cidade, com técnicos e especialistas em distintas áreas.

A trajetória de Freixo como ativista dos Direitos Humanos não deixa dúvidas. Sua coragem para enfrentar as milícias foi mundialmente reconhecida. Seu enfoque humanista da questão da segurança pública combina a necessidade de uma resposta eficaz com a visão de uma segurança articulada com os interesses da maioria. Estamos diante de um polo capaz de atrair milhares de simpatizantes, instalando comitês de campanha nas casas de apoiadores; um polo que na elaboração de seu programa possa contar com a participação de intelectuais e lideranças populares pensando respostas concretas aos temas mais importantes da cidade: segurança, saúde, educação, habitação, saneamento, cultura,

juventude. O acúmulo que o movimento social – os sindicatos da esquerda, entidades de direitos humanos, movimentos de defesa do consumidor, redes de advogados progressistas, funkeiros, trabalhadores da previdência, médicos, enfermeiros, trabalhadores na saúde, educadores das redes públicas e privadas, jornalistas, artistas, músicos engajados, cidadãos indignado – será o caldo de cultura desta campanha-movimento. Como no lema dos movimentos que ocupam as praças do mundo por uma nova política e democracia real, será uma luta dos 99% da sociedade carioca contra os 1% viciados da velha política.

O fato é que o alicerce da campanha Freixo/Yuka será a **mobilização**. Em todo o estado, o fenômeno do PSOL poderá apresentar boas surpresas. Em Niterói, as pesquisas apontam o candidato do PSOL, Paulo Eduardo Gomes, com índices entre 10 e 14%, e perspectivas de crescimento.

A Maré da mudança que encarna a campanha Freixo esta se pondo em movimento. Será uma batalha que vai valer a pena.

Israel Dutra é professor de sociologia e membro do Diretório Nacional do PSOL

Eleições 2012 - A Batalha de Belém

Pela primeira vez o PSOL disputará a Prefeitura da capital do Pará em condições de vencer, liderando uma frente capaz de derrotar os inimigos do povo e abrir um tempo de amplos avanços na luta popular.



Elcimar Neves

Congresso das Crianças 2003

Por **Araceli Lemos**

Cada cidade possui sua feição particular, sua própria história e identidade. Belém, a mais importante cidade da Amazônia brasileira, é, definitivamente, um lugar dotado de extraordinária força cultural que deriva de uma trajetória histórica muito peculiar.

No alvorecer do século XVII quando os primeiros portugueses adentraram na gigantesca foz do Amazonas encontraram aqui dezenas de milhares de indígenas da nação Tupinambá que já povoam, desde tempos imemoriais, estas vastas terras. Foram estes guerreiros os primeiros a levantar o braço contra a opressão. Guaimiada, o cacique que

deu a vida na resistência contra os invasores, inaugurou uma longa linhagem de homens e mulheres que não souberam o significado da palavra covardia. Foi assim, ao logo de séculos de resistência, até que em 1835, três décadas antes da Comuna de Paris, os pobres da terra – negros, índios e brancos vilipendiados pelos de cima – ergueram as

barricadas da vitoriosa – embora efêmera – Revolução Popular Cabana, que teve seu epicentro justamente nas ruas e largos da Belém imperial.

Hoje, felizmente, não existe um sinal de igualdade entre Belém - sua história, seu povo, seu futuro - e seus minúsculos governantes de plantão. Se este nivelamento existisse seria quase como uma decretação de falência, metástase avassaladora, tragédia definitiva. A construção social e histórica representada pela capital de todos os paraenses já demonstrou ser muito maior, dotada de inesgotável capacidade de resistir a intempéries variadas e, não raro, violentas, como é o caso dos últimos anos de absoluto desgoverno e abandono.

O que se vê em Belém, ao contrário, é a germinação do sentimento de esperança que sinaliza com clareza a emergência de um salto de qualidade na luta política, tendo o PSOL como desaguadouro dessa energia eleitoral mudancista.

Esse novo momento coroa um processo de acúmulo resultado da síntese de variadas fontes. Temos o crescimento do partido nos últimos dois anos, sobretudo após as vitórias alcançadas nas eleições de 2010 quando o partido elegeu Edmilson Rodrigues como o mais bem votado deputado estadual de toda a história paraense e conquistou – muito embora por um curto período – a cadeira do Senado para a combativa Marinor Brito.

Mas o partido não estaria liderando a disputa na capital segundo todas as pesquisas que vem sendo realizadas nos últimos meses, com Edmilson alcançando patamares de intenção de voto superiores a 40% do eleitorado, não fosse a memória coletiva que guardou, com carinho e sensibilidade, as marcas do Governo do Povo (1997-2004), experiência de exitoso ascenso na participação popular e na conquista de melhorias nas condições de vida da grande maioria do povo. O fato de ter sido prefeito da capital por dois mandatos consecutivos faz de Edmilson uma sólida referência de massas, conferindo a sua eventual candidatura uma objetiva possibilidade de vitória.



Elcimar Neves

Ato contra Belo Monte Agosto de 2011

Dentro de aproximadamente 180 dias o povo de Belém estará diante de uma batalha decisiva. Uma batalha para a qual o PSOL está sendo chamado a desempenhar um papel de protagonista.

Ser protagonista não significa imaginar que a conquista de uma capital das dimensões e da importância de Belém seja uma tarefa a ser encaminhada com ares de exclusivismo. Muito pelo contrário. A vitória em Belém será uma tarefa do povo – assumida de forma consciente por amplas parcelas da população – ou simplesmente não se realizará. Isto implica, a meu ver, na conformação de uma frente política ancorada por todos os setores que, de forma sincera, queiram abraçar o programa de mudanças verdadeiras a ser lançado pelo PSOL no contexto de um verdadeiro movimento cívico que seja capaz de reunir além dos partidos amplos segmentos da cidadania.

Já souo o chamado à batalha. O PSOL não permitirá que o estandarte do povo deixe de ter em seus militantes os maiores e mais combativos defensores.

É esta certeza que impulsiona a militância psolista em Belém.



Araceli Lemos é presidenta do PSOL Belém

É esta certeza que arrebatará, estou convencida, todos e todas que amam Belém e querem resgatar o futuro de felicidade para seu povo. Afinal, é esta cidade que apaixonou tantos poetas, nascidos e criados aqui, ou que, vindos de fora, encontraram nessas terras motivos suficientes para serem arrebatados, tornando-se adoradores voluntários e fervorosos da fluvioocracia - “cidade-chave”, “cidade-síntese”, “cidade-símbolo” da Amazônia - que Eidorfe Moreira tão brilhantemente definiu.

Araceli Lemos – Historiadora, professora da rede pública, ex-deputada estadual e atual presidenta do PSOL-Belém.

São Paulo: Gianazzi vence as prévias e será o candidato do PSOL

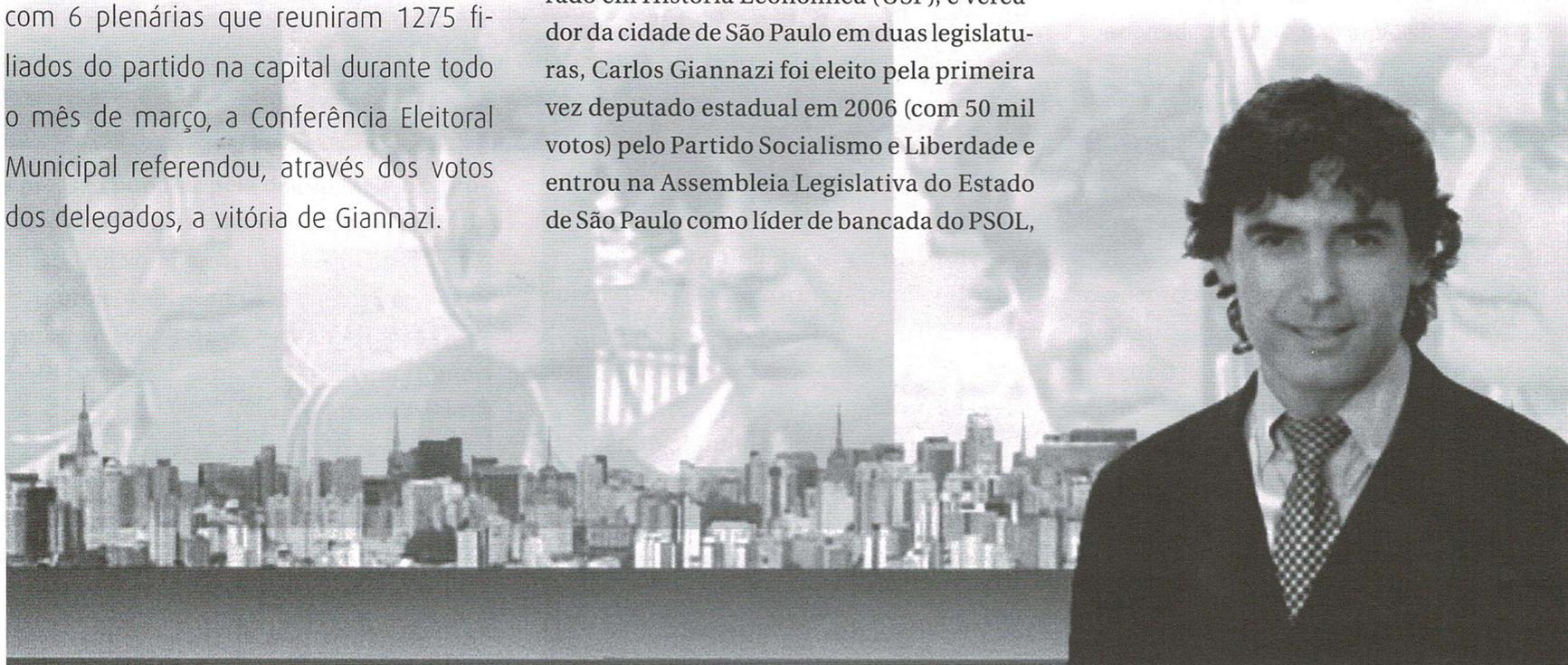
Carlos Giannazi venceu as prévias do Partido Socialismo e Liberdade em São Paulo, capital, e foi o escolhido para representar o partido como candidato a prefeito nas próximas eleições municipais.

Mandato Carlos Giannazi

Após um intenso calendário de debates, com 6 plenárias que reuniram 1275 filiados do partido na capital durante todo o mês de março, a Conferência Eleitoral Municipal referendou, através dos votos dos delegados, a vitória de Giannazi.

Um mandato de luta

Diretor de escola pública com mestrado em História e Filosofia da Educação e doutorado em História Econômica (USP), e vereador da cidade de São Paulo em duas legislaturas, Carlos Giannazi foi eleito pela primeira vez deputado estadual em 2006 (com 50 mil votos) pelo Partido Socialismo e Liberdade e entrou na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo como líder de bancada do PSOL,



Foram 66 votos para o pré-candidato e Deputado Estadual Carlos Giannazi, 58 votos para o pré-candidato e Deputado Federal Ivan Valente, e 3 votos para o pré-candidato Odilon Guedes.

Foi nas prévias que expressaram a força do partido, Giannazi foi escolhido e todo o partido está empenhado em representar uma nova política. O PSOL está unido com grande presença nos bairros e na periferia da capital. Os três pré-candidatos agora irão atuar como um homem só e todos os militantes do partido vão mostrar que a esquerda é o PSOL na capital.

lastreado por um longo histórico de lutas em prol da melhoria da Educação. Ele sempre atuou na defesa do magistério, da Educação pública e do movimento social pela abertura de novas vagas nas escolas públicas, assim como no endosso inegociável da gratuidade e da qualidade de ensino para todos.

Reeleito em 2010 (com 100 mil votos) para dar continuidade às lutas sociais na ALESP, o professor Carlos Giannazi prima pelo mandato popular de base que atende às necessidades mais importantes para a coletividade paulista. Seu trabalho busca o desenvolvimento da cidadania ativa e crítica,

o fortalecimento dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada como propulsora da mudança social.

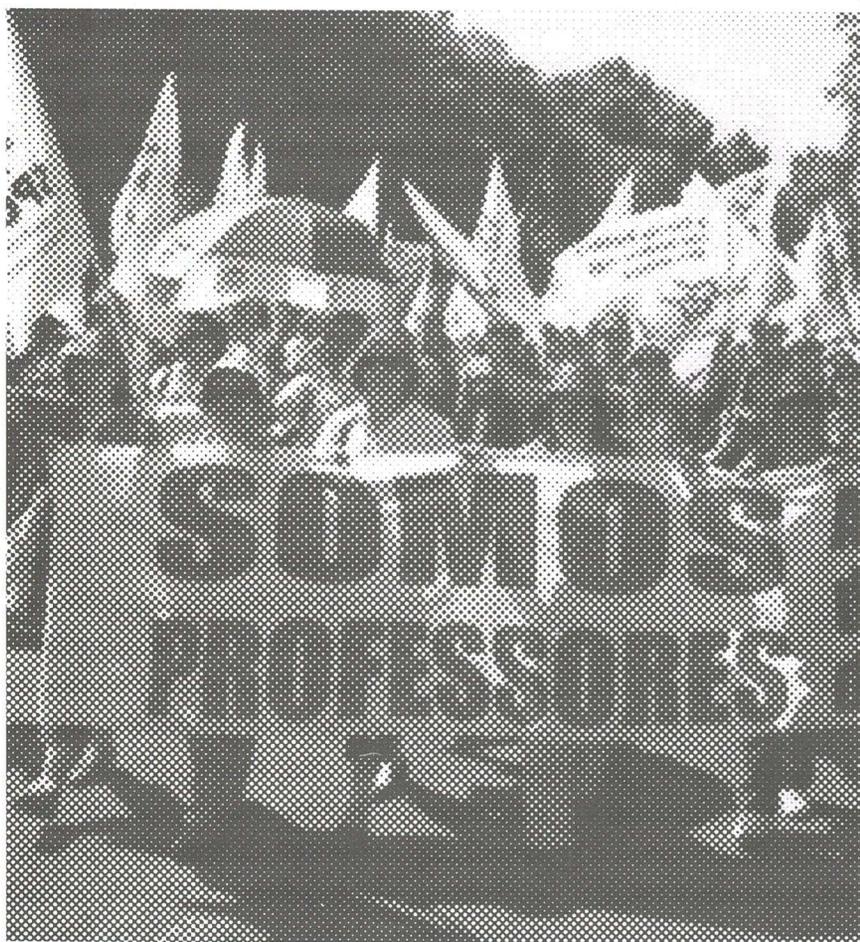
O mandato acaba de garantir uma conquista da luta dos educadores. Meia-entrada para professores da rede municipal. Foi aprovada por unanimidade, no último dia 21 de março, a derrubada do veto ao PL 178 de 2007, de autoria do professor e deputado Carlos Giannazi (PSOL), que garante o direito ao pagamento a meia entrada em cinemas, teatros e espetáculos musicais para os professores das *redes municipais* do estado de São Paulo.

Carta em apoio a greve dos professores

Greve dos Professores Em defesa da Educação!

Mais que salário, por dignidade!

Toda força aos professores, trabalhadores, lutadores da educação na cidade de São Paulo que desde 28 de março decretaram greve na educação. Greve que reivindica o necessário reajuste salarial, mas mais do que isso. O movimento esta em defesa da educação e da dignidade de seus trabalhadores que, invariavelmente, entraram na área da educação para fazer a diferença na sociedade. Mas hoje, o que esta por



dentro da escola é uma realidade difícil, por vezes desumana de violência com os trabalhadores, falta de estrutura, excesso de trabalho e pouco tempo para planejamento e ainda perda de direitos.

São muitos problemas na educação. Antes o professor tinha respeito, tinha atenção dos alunos, agora isto está cada vez mais difícil. Aham que o professor, o agente escolar, o trabalhador da educação deve dar conta de tudo e quando acontecem os problemas, é como no poema de Paulo Tavares “a culpa é do professor”. Querem nos fazer acreditar como no inicio do mesmo poema:

*“Nessa escola da vida
Eu lhe digo com fervor
Todo mundo é importante
Só não é o professor.”*

Mas para nós o professor, o trabalhador da educação é importante, fundamental, essencial, mas isto não significa sacerdócio, não significa sacrifício. Por isso precisam de estrutura, de apoio e de salário.

Nos últimos anos os ataques a educação tem sido sistemáticos tentando implementar uma política de mercado para área como se o problema na educação fosse ausência de metas ou de avaliação externa. Somados a isso agora vem a tentativa de retirar o direito a férias de docentes do ensino infantil o que significa retirar o direito das crianças a convivência com a família. Alguns na sociedade

podem falar “mas precisamos trabalhar” todos precisam, mas também as crianças precisam de férias, de descanso, de família. Há nisso uma mudança de concepção. A escola deixa de ser o local do aprendizado, para ser o local aonde os filhos ficam quando os pais trabalham.

São muito justas as razões da greve dos trabalhadores da educação. São mais de 100 pontos na pauta que melhorariam várias questões da educação municipal e de diversos trabalhadores da educação (professor, agente escolar, gestor, etc...) que a prefeitura vem desprezando e não negociando de forma efetiva.

Defendemos inclusive que a greve é pedagógica para os alunos que aprendem, vendo os professores lutando, que todos os direitos dos trabalhadores são conquistados com lutas e nas ruas. Todo apoio a greve!

Carlos Giannazi, Deputado Estadual pelo PSOL

Paulo Spina, Professor da rede municipal, militante do PSOL

Conversando com uma guerreira

Marisa Pinto e Sergio Granja entrevistam Janira Rocha

Janira Rocha, formada em História pela UFF, é funcionária do INSS e, em 2003, como dirigente do SINDSPREV-RJ, esteve à frente da greve dos servidores federais em repúdio à contrarreforma da Previdência Social. Essa contrarreforma levaria o PT a expulsar de seus quadros os parlamentares que, junto com Janira e outros militantes, fundariam o PSOL.

Eleita para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, assumiu como deputada estadual no início de 2011 e integra as comissões permanentes de Saúde e Orçamento, e a CPI que investiga a tragédia na Região Serrana. Sindicalista, Janira é, na ALERJ, uma estranha no ninho, mas já se destacou em seu primeiro ano de mandato por sua combatividade e proficiência nas lides parlamentares, sobretudo na defesa dos direitos da população à saúde, à educação, ao trabalho e à moradia, e na fiscalização do uso do dinheiro público.

Entre as causas que abraçou como parlamentar das lutas populares, vale sublinhar a greve dos operários do COMPERJ, as manifestações contra o aumento abusivo da passagem das Barcas, o movimento dos bombeiros e PMs (que lhe valeu um pedido de cassação do seu mandato), a greve dos professores e a luta, na qual mergulhou de cabeça e coração, contra a privatização da saúde.

Socialismo e Liberdade – Janira, você tem incomodado muita gente. Isso lhe



valeu o reconhecimento do comitê de imprensa da ALERJ, que a colocou entre os parlamentares mais atuantes e influentes da casa. E também o refrão cantado pelos bombeiros: “Guereira, guerreira, Janira é guerreira!” Mas, por outro lado, fez com que você se transformasse na bola da vez da reação governista, que quer vê-la cassada. Como você avalia a investida contra o seu mandato?

Janira Rocha – Essa é a segunda vez que Cidinha Campos (PDT), testa de ferro na Alerj do Governador Sérgio Cabral, tenta cassar meu mandato. A primeira foi no último debate para aprovação das contas do governador, quando fiz denúncias de

irregularidades apontadas pelo próprio TCE. Agora, a decisão da deputada Cidinha Campos (PDT), de propor à Assembleia Legislativa abertura de processo para me punir, faz parte de uma trama articulada pelo governo federal e os governos do Rio e da Bahia para desarticular a luta dos bombeiros e policiais militares por melhores salários e pela aprovação da PEC 300. Todos que assistiram ao grampo telefônico ilegal divulgado pela Rede Globo em conluio com os governos do Rio e da Bahia sabem que não cometi crime algum na conversa com o cabo Daciolo, um dos líderes dos bombeiros no Rio. Seria crime eu apoiar a luta de trabalhadores e contribuir com sua organização e articulação política?

Tenho certeza que a Alerj não vai endossar essa trama: sua composição heterogênea e suas contradições não o permitem. Se eu for punida, além dos deputados republicanos, os bons homens da política, estarem abrindo um precedente muito grave para o parlamento e para a própria democracia, um outro setor da casa, que

hoje está às voltas com os tribunais por crimes como improbidade administrativa, compra de votos, tráfico de influência, homicídio, corrupção ativa e passiva etc. (ver site Transparência Brasil – Excelências) estará, irremediavelmente, fazendo andar a fila de cassação de mandatos. Nestes casos, com muita justiça.

Não será um ataque à deputada Janira Rocha, mas um ataque à democracia do nosso estado e do país. A truculência, que vem se caracterizando como marca do atual governo estadual, não vai prevalecer neste caso. A liberdade de expressão e o direito de opinião de um parlamentar são sagrados. Durante muitos anos, muitas pessoas lutaram no nosso país para que esses direitos fossem garantidos.

Não vou abrir mão de manter no meu mandato o compromisso com a base social que confiou na minha representação. Não haveria de ser diferente depois de 35 anos de militância popular. O fato de eu apoiar as reivindicações dos setores populares, pautar suas demandas na Alerj e exigir soluções para elas provoca uma cisão nesse estado até então “pacificado”. Dentro desse processo, é natural os parlamentares que, como eu, encarnam as demandas dos trabalhadores, dos pais e mães de família do Rio de Janeiro ficarem expostos a essa truculência. Mas vamos continuar cumprindo o papel do PSOL, de ser a pedra no sapato dos podres poderes.

Socialismo e Liberdade – Recentemente, o movimento dos bombeiros realizou uma das maiores mobilizações de massa dos últimos tempos, levando dezenas de milhares de pessoas a tingirem de vermelho a praia de Copacabana. Isso fez com que Cabral, acuado, respondesse com a repressão para eliminar as lideranças e aterrorizar as bases do movimento. Por ocasião da greve de bombeiros e PMs pela PEC 300, os líderes do movimento foram encarcerados e os comandos das corporações tocaram o terror em cima da tropa. O cabo Daciolo, guarda-vida, destacou-se nesses enfrentamentos, tornando-se um símbolo da resistência à opressão, e acabou expulso da corporação, junto com outros 12 bombeiros. A despeito das aparências, a última palavra ainda não foi dita. A luta, certamente, continua. Quais são os caminhos e as perspectivas para a continuidade dessa luta?

Janira Rocha – É importante ter a clareza de que todo o movimento fluminense não está descolado de um contexto nacional de reivindicação das forças de segurança. O movimento nacional pela PEC 300, que nada



mais é do que um piso nacional unificado para as forças de segurança, não acabou e não vai acabar enquanto as condições mínimas para esses profissionais que arriscam a própria vida não forem garantidas pelo poder público. A votação do piso foi feita e aprovada pela base do governo em primeiro turno no ano de 2009, foi moeda de troca dentro do processo eleitoral que então acontecia. A presidenta Dilma se comprometeu com esses setores de que mobilizaria sua base para a aprovação da emenda. De lá pra cá, no entanto, a proposta continua estacionada no Congresso.

A expulsão dos 13 bombeiros e de 14 policiais militares foi um ato de truculência do governo Sérgio Cabral que, acredito, será revertido pela Justiça e pela luta. Foram tantas as ilegalidades – fraude nas comunicações, grampos telefônicos fraudados e não autorizados, prisões sem ordem judicial, prisão de militares em presídio de segurança máxima contrariando o regulamento militar, usurpação das funções do Legislativo através de decretos inconstitucionais, presos incommunicáveis de seus advogados e familiares por 6 dias, não garantia de ampla defesa e do contraditório – que nos remetemos aos tempos do AI5. Foi algo inimaginável dentro de um Estado Democrático de Direito: são

trabalhadores que estão sendo mandados para a rua por, única e exclusivamente, terem exercido o direito legal e moral de reivindicar melhorias salariais e de condições de trabalho. É um contrassenso, um governo que é tão lento na hora de expulsar corruptos de suas fileiras agir com rapidez para por na rua policiais e bombeiros da banda boa. Sim, porque a banda podre, os milicianos e outros bandidos jamais colocariam a cara em uma luta por dignidade. Estes estão pelos esgotos, clandestinos, realizando seus negócios sujos. São os bons policiais e bombeiros que estão nessa luta.

Estamos dando todo o apoio político e jurídico aos bombeiros e policiais expulsos. Também estamos nos articulando politicamente com outros parlamentares federais e estaduais, e com entidades representativas da sociedade, como a OAB, para tentar reverter essas punições. Conseguimos construir na Alerj um projeto de lei para conceder anistia a esses trabalhadores punidos. O apelo social é tão grande que mais de 50 deputados, mesmo da base do governo, não só apoiaram, mas entraram como autores. Neste momento, existe um trabalho de distensionamento e sensibilização, buscando construir um ambiente onde esse projeto possa ser votado por acordo. Vamos ver...

Socialismo e Liberdade – Você se notabilizou também como uma tribuna do povo. Não me refiro à tribuna parlamentar somente, mas principalmente à sua participação em expressivas manifestações de massa, apoiando, esclarecendo e orientando lutas como as greves dos operários das obras do COMPERJ. Há muito tempo não se via um parlamentar tão ativo em movimentos grevistas. É claro que isso se dá porque há uma retomada das lutas reivindicatórias, que estiveram um pouco amortecidas. Mas, quando os trabalhadores reivindicam seus direitos, os capitalistas mobilizam todos os seus recursos – imprensa, Justiça, governo – para frustrar o ímpeto reivindicativo dos explorados e oprimidos. E os

empregam na repressão aos movimentos contestatórios, mas também, e com competência, na luta ideológica. Como dizia o líder negro norte-americano Malcom X, se a gente não toma cuidado, a imprensa acaba fazendo a gente odiar os oprimidos e amar os opressores. Nesse contexto de criminalização dos movimentos sociais, como você avalia as mobilizações dos operários do COMPERJ?

Janira Rocha – Depois de tantos anos de luta no movimento social, é natural que a minha ação parlamentar seja nesse sentido, o de apoiar as lutas reivindicatórias das classes trabalhadoras e dos oprimidos por este sistema econômico excludente que domina nosso país e, especialmente, o Rio de Janeiro. O caminho mais sincero de luta no Brasil e em nosso estado é pela mobilização popular direta, que acredito deva também estar alicerçada em ações institucionais

que buscamos construir através de nossa presença no parlamento. Não bastam lutas e greves. Estas devem estar articuladas com ações que dialoguem com a sociedade, com formadores de opinião, que questionem um “crescimento” articulado para gerar lucro para os grandes grupos econômicos, mas que não tem ouvidos para as pautas dos trabalhadores. Questionamos esse modelo de desenvolvimento predatório.

O Comperj é atualmente o maior empreen-



dimento no estado, o maior investimento industrial do Brasil. A obra, porém, vem sendo feita a custa da exploração dos milhares de trabalhadores que lá atuam. E a Petrobras, o governo estadual, o Judiciário e o Legislativo vêm sendo omissos. Quem contrata as empresas que exploram os trabalhadores é a Petrobras, mas ela tem se omitido em resolver o problema. A situação desses operários é lastimável; cerca de cinquenta por cento são de outros estados e estão vivendo em Itaboraí em condições precárias.

O tão propalado desenvolvimento do estado, alardeado pela mídia através dos milhões de reais gastos por ano pelo governo estadual em propaganda, não vem representando uma real distribuição de renda no Rio.

Neste momento, permanece um impasse grave nos canteiros de obra que nem a ação do sindicato “parceiro” das empresas está conseguindo resolver. O Comperj é um

Caldeirão prestes a explodir, e as seguidas crises e greves têm mandado um recado grave de que não suportam mais essa situação. Mas governo e empresas preferem contratar capatazes e acionar a polícia para reprimir os operários e responsabilizar “políticos que querem se aproveitar eleitoralmente da situação”. É mais cômodo criminalizar do que atender as reivindicações.

É preciso ficar claro que a conclusão do Comperj e o sucesso da Copa do Mundo e das

Olimpíadas dependem do trabalho de milhares de operários que estão se levantando e dizendo que não têm condição de concluir sua parte nesse grande plano que foi montado pelo governo e pelas elites, se eles, minimamente, não tiverem condições de trabalho e salários dignos. Com a palavra nossa “sociedade civil”...

Socialismo e

Liberdade – Janira, o direito à saúde foi uma das conquistas da Constituição de 1988, sendo resultado de lutas do movimento sanitário. Desde os anos 1990, a política neoliberal do Estado brasileiro vem realizando o desmonte desse sistema de proteção social por meio de contrarreformas. Esse desmonte se materializa principalmente na transferência da gestão dos recursos públicos para a iniciativa privada, a chamada privatização. Como você avalia a situação do Estado do Rio de Janeiro na área da saúde pública?

Janira Rocha – O governador Sérgio Cabral adora alardear em suas inúmeras e compradas aparições na imprensa que o Rio de Janeiro é a ponta de lança da reconstrução do capitalismo em nosso país, um estado moderno e antenado com o que de melhor possa ocorrer em outros países do primeiro

mundo. Pena que, ao tratar da saúde, seu modelo não seja o francês, o canadense ou a própria medicina cubana, que mesmo fora do “primeiro mundo”, é referência mundial quando falamos em saúde. A referência de Cabral é – como mostra o filme SICKO – a saúde mercantilizada e desumana do sistema norte-americano, em uma versão tupiniquim, sórdida.

Aqui, em função disso, a situação da saúde é gravíssima. O diagnóstico do que acontece aqui se explica pela cleptocracia que comanda a área. Agentes públicos e privados em uma dança sórdida de lucros, um verdadeiro serpentário que condena todo um setor da população a um interminável genocídio.

Eles fraudam licitações, fazem compras superfaturadas, desviam cerca de sessenta por cento dos recursos federais (segundo o TCU) destinados ao estado, e trabalham para sucatear e falir a saúde pública de forma a poder justificar sua privatização. Essa privatização que vem sendo implementada pelo governo Cabral é sinônimo de desvios de recursos públicos para grupos privados. O escândalo sobre as firmas terceirizadas, amplamente denunciado pelo Fantástico, é apenas a ponta do iceberg. Se investigarmos as UPAs, os contratos que são realizados com organizações sociais e as compras de medicamentos e materiais médicos superfaturados, encontraremos lá as digitais do primeiro escalão do governo e de outros poderes. Por tudo isso, defendemos que seja instalada já a CPI da saúde.

Socialismo e Liberdade – E a situação dos trabalhadores do setor saúde? Como esse desmonte atinge a classe trabalhadora?

Janira Rocha – A situação é péssima, com a desvalorização total da categoria. O governo não atende as reivindicações e vem mantendo a política de terceirizações, retirada de direitos, arrocho salarial, manutenção de péssimas condições de trabalho e falta total de diálogo.

Hoje temos trabalhadores da saúde com piso salarial de menos de R\$ 160,00, convivendo com trabalhadores do setor privado que, apesar de receber salários mais altos, tem uma carga horária de morte e nenhum direito social. Isso é indigno para qualquer profissional. Ninguém pode ter estímulo para trabalhar com uma situação dessa. Nosso mandato luta por melhorias para estes trabalhadores, especialmente na defesa do Plano de Cargos e Salários, que até hoje não foi implementa-



do pelo governo. Infelizmente a base aliada do governador não demonstra sensibilidade para o problema dos profissionais da saúde pública no Rio.

Socialismo e Liberdade – O Sistema Único de Saúde, assim como diversas outras políticas sociais, traz nos seus objetivos uma nova institucionalidade que favorece a participação do povo organizado na tomada de decisões, na definição das prioridades, na discussão do planejamento junto com os governos de uma maneira geral, falando em seu próprio nome e expressando seus interesses diretamente. Convencionou-se chamar essa participação popular de controle social. Por outro lado, sabemos que os serviços de saúde estão longe de oferecer à população acesso à saúde e assistência médica de qualidade. Essas instâncias formais de participação,

os Conselhos e as Conferências de Saúde, favoreceram uma efetiva participação popular e trouxeram a melhoria dos serviços ou a história é bem outra?

Janira Rocha – Como foram estabelecidos pela legislação do SUS, o controle social seria uma grande vitória e uma grande conquista. Lamentavelmente, esses conselhos não vêm conseguindo cumprir seu papel satisfatoriamente, por culpa de diversas manobras e manipulações políticas dos sucessivos gover-

nos que trabalham para cooptar política e materialmente as representações dos servidores e da população. Fazem isso para que possam continuar fraudando a saúde pública e, cada vez mais, colocá-la a serviço dos interesses dos tubarões. Além de insistentemente tentar manipular a composição e as definições desses órgãos, é comum o governo não acatar as resoluções dos conselhos e das conferências. Usam, na verdade, esses órgãos para justificar seus ataques. É preciso dizer que em muitos lugares, onde servidores, sindicatos e usuários são mais mobilizados e unidos, foi possível impor por aí derrotas aos governos.

No entanto, o que predomina é a subversão dos princípios do controle social instituídos pelo movimento da reforma sanitária dentro da Constituição de 1988.

Socialismo e Liberdade – A semana iniciada em 18 de março desnudou para a opinião pública o cenário estarrecedor da corrupção ativa na Saúde, expondo uma enorme promiscuidade nas licitações públicas do Hospital Universitário de Pediatria da UFRJ. Aquelas empresas também têm contratos milionários com os governos estadual e municipal do Rio de Janeiro. Quais as medidas passíveis de serem adotadas contra essa corrupção flagrante e como o seu mandato está atuando nesse caso?

Janira Rocha – Estas denúncias não trouxeram novidade nenhuma para nós que militamos na saúde pública há muitos

anos. Esse esquema sempre ocorreu, especialmente na Secretaria Estadual de Saúde. Essas mesmas empresas – Rufollo, Bella Vista, Locanty e outras – já estão cansadas de serem denunciadas pelos MPs da vida e permanecem intactas. Desde o início de nosso mandato estamos defendendo a instalação de uma CPI na Alerj, outros parlamentares como Marcelo Freixo (PSOL), Luis Paulo (PSDB) e Paulo Ramos (PDT) já propuseram CPIs para investigar a saúde estadual, mas a base do governo não permite esta inves-

tigação, porque sabe que a CPI iria desnudar os vários esquemas de corrupção no setor. Fraudes em licitações é apenas uma ponta desse iceberg.

Como já afirmamos, levantamento feito por nosso mandato mostra que as empresas apontadas na reportagem do Fantástico são fornecedoras contumazes do governo estadual e receberam, juntas, dos cofres públicos do estado, R\$ 283 milhões entre 2008 e 2012. Isso mostra o escárnio e a falta de respeito com que a saúde pública é tratada neste governo. Com base nessas relações promíscuas, apresentamos na Alerj um Projeto de Lei para proibir empresas acusadas de fraudes e processos criminais de participar de licitações e firmar contratos com o poder público. Vocês acham que ele será aprovado?

Sabemos que toda a política que conseguimos articular neste momento é paliativa. Denunciadas estas Empresas, seguem outras, como a FACILITY, que acumulam ganhos muito maiores do que todas essas juntas.

O pano de fundo real das denúncias da Globo é a briga no Ministério da Saúde do PT contra o PMDB de Cabral, Eles estão brigando pelas gordas fatias do mercado da saúde, recém valorizado com a entrada de novos grupos internacionais ancorados com fartos recursos do BIRD e outros financiadores. Observando



com olhos gulosos, a Rede Globo, dependendo de quem pagar mais por suas “reportagens isentas”, vai levando o povo para um ou outro lado. Enquanto isto, nos nossos hospitais públicos um verdadeiro genocídio acontece separando pela morte, pais, filhos, mães e outros seres amados de suas famílias.

Socialismo e Liberdade – Esta conversa com a Janira não estaria completa sem que falássemos um pouco da mulher que ela é e do que isso implica na vida dela. Não me refiro aos inevitáveis preconceitos de gênero na esfera da política, que ela certamente teve que vencer e continua enfrentando, mas aos impactos da sua vida pública sobre a sua vida pessoal e familiar. Janira, como você faz para compatibilizar a Janira deputada com a Janira mulher, a que é mãe, tem um lar para zelar e um companheiro para amar?

Janira Rocha – A Janira deputada é continuidade da Janira sindicalista, da servidora pública, da estudante, da operária, da empregada doméstica, da vendedora de caldo de cana nas feiras, enfim, de todas as Janiras que já fui (e continuo sendo) e que teve sempre uma marca comum: a luta.

Sempre tive que lutar. Para evitar o abuso sexual e físico em casa, ainda criança, quando

fui para as ruas para fugir dessa violência familiar. E, nas ruas, para prover meu sustento, meus estudos, meu trabalho. A luta nunca esteve separada de minha vida. E acredito que nunca estará.

A minha vida familiar, minha relação com meu filho, com meu companheiro, com irmãos e amigos, sempre esteve naturalmente ligada a minha condição militante. É algo como gostar de rosas: se gosta e se cultiva.

A minha condição militante determinou um pouco os rumos da família. Meu com-

panheiro é militante. Já era quando nos conhecemos e nosso amor e parceria se completam na política também. Meu filho atuou de forma firme na luta pra derrubar Ricardo Teixeira da CBF, é um adepto do Fluminense, portelense como o pai, que ama discutir política, samba e futebol. A família toda respira política.

Quando meu filho era pequeno, passei por uns problemas de consciência pelo pouco tempo que, muitas vezes, tinha para dedicar a ele. Sempre procurei compensar com beijos, cheiros e com o “eu te amo”. Acho que deu certo.

Em casa, necessito de ajuda e tenho a Graça, que está comigo há mais de 15 anos. Vivo reclamando dela, mas é, na verdade, uma parceira fundamental quando se trata de manter a ordem em casa.

Acho que não sou muito diferente da mulherada que trabalha fora e que tem que se dedicar, no pouco tempo disponível que tem, ao TUDO que significa um LAR. Mas a verdade é que sempre conseguimos. Ser mulher já é muito bom, mas ser mulher militante, guerreira, mulher que tem lado, que se sente digna na sua luta é muito compensador. E, se tem uma marca a ser dada às mulheres socialistas e lutadoras, é só ver na História, é que somos lindas e essenciais!

Previdência complementar fragiliza direitos dos servidores

Por **Randolfe Rodrigues**

O Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, que institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares do cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição da República, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp, e dá outras providências.

Por muito tempo, foi construído um mito por parte da grande mídia em relação à previdência do serviço público. Com o passar dos anos os governos – de Collor a Dilma – e a grande mídia têm propalado em conjunto que a previdência dos servidores públicos gasta demais e cresce sem controle, que existe um suposto déficit entre as contribuições e benefícios previdenciários.

O jornal O Estado de S. Paulo, em matéria de 10 de março de 2011, diz que o sistema arrecada pouco mais de R\$ 22,5 bilhões para pagar uma despesa de R\$ 73,9 bilhões. Esses dados resultam de um processo de desmonte do serviço público. Nas últimas décadas, o número de servidores ativos do Poder Executivo caiu de 991.996 em 1991 para 970.605 em 2010. Caso o número de servidores tivesse acompanhado, ao longo dessas duas décadas, o crescimento do nosso Produto



Interno Bruto, teríamos de ter, hoje, 1.802.597 servidores ativos. Sendo assim, o tal déficit propalado não existiria.

O segundo mito é que se contempla a Previdência Pública fora do contexto em que ela está assegurada na Constituição da República, que a coloca dentro de um conjunto chamado Seguridade Social, sempre superavitária e não deficitária. Também não me parece ser verdade que os gastos com servidores estejam aumentando. Ao contrário, os gastos com servidores encontram-se em queda livre: o Governo Federal gastava 56,2% de sua receita corrente líquida com os servidores ativos e inativos. Esse percentual caiu enormemente em 2010 para 33,3%. Além do mais, a proposta orçamentária para 2012 também reconhece que os gastos com pessoal ativo e inativo estão caindo fortemente (de 4,98% do PIB em 2009 para 4,15% do PIB em 2012).

A própria exposição do projeto de lei da autoria do Governo reconhece que, na realidade, ao invés de diminuir o gasto público, acarreta um aumento. Isso é dito claramente, com

todas as letras, na justificativa do PL nº 1992, de 2007. Esse projeto de lei trata, na verdade, da privatização da previdência pública, da complementação da chamada Emenda Constitucional nº 41 que correspondeu à terceira geração da reforma previdenciária.

Esse PL é a quarta geração da reforma previdenciária. Transfere a previdência pública para um fundo de pensão sujeito às regras do mercado e sendo contrário ao princípio sobre o qual ela se funda. Uma previdência pública é assentada sobre o princípio da segurança, existe para dar segurança e tranquilidade para aquele que vai ser beneficiado por ela. É um símbolo de um Estado que procura o bem-estar social dos seus.

A criação de um fundo de pensão, ao contrário sensu, é a privatização da previdência pública e significa a flexibilização, a neoliberalização do papel do Estado, o afastamento desse Estado da sua responsabilidade em garantir a previdência pública para os seus servidores. Por isso temos nos posicionado contra na Câmara dos Deputados e no Senado.

As consequências desse projeto atingirão mais de um milhão de servidores públicos, visto que o próprio projeto condiciona que a criação do fundo de pensão no âmbito federal também terá reflexo para os servidores estaduais e para os servidores municipais. Haverá uma limitação da previdência pública para os servidores futuros em R\$ 3.912,00. Qualquer complementação futura, os servidores terão que recorrer a um fundo de pensão que será regulado, não pelas regras e princípios da previdência pública, mas sujeito às flexibilidades do mercado.

Randolfe Rodrigues é senador (PSOL-AP)

Contribuição à análise do pacote de estímulo da produção do governo Dilma Roussef

Por **Gilvandro Antunes**

O Pacote de Estímulo ao Setor Produtivo, lançado no dia 3 de abril, terça-feira, tomou parte importante dos noticiários brasileiros e teve repercussão no exterior. Na maioria das veiculações, o pacote é abordado de forma positiva, algo que, caso atinja seu objetivo, será vendido como medidas em prol de todos, desde grandes industriários, banqueiros, latifundiários e até o mais humilde desempregado.

Todavia, sabe-se que não é assim, pois toda a militância de esquerda que se situa na oposição ao atual governo percebe que na política, na economia e, sobretudo, na história, são pouquíssimas as vezes que isso é possível. Sem grandes pretensões, este texto tem o objetivo de tentar afunilar o entendimento de tal ação efetiva do governo Dilma.

O fim da era FHC foi marcado por recessão, desemprego estrutural, reestruturação produtiva, diminuição considerável do Estado enquanto agente investidor, tudo isso aliado a um cenário internacional pouco favorável ao crescimento econômico. Eis que se inicia a era Lula, já sob o advento de uma nova situação mundial. Com a recuperação internacional geral e com o destaque irreversível da China no cenário econômico mundial, o Brasil se recupera economicamente. Diga-se

de passagem, o PT e, mais precisamente o governo Lula, tiveram um importante papel nessa conjuntura, uma vez que se jogaram de corpo e alma para serem os gestores do capital e administradores fiéis da burguesia. A visão mais keynesiana do PT soube perceber que no estado de falência em que se encontrava o Brasil não era mais possível administrar da forma tucana ortodoxa. Curiosamente, o que fez o PT como tática e também como estratégia? Começou os primeiros anos de governo Lula governando como o PSDB. Com superávit, comprometimento do orçamento para a pagamentos de juros e amortizações da dívida e contrarreformas estruturais de Estado. Mas

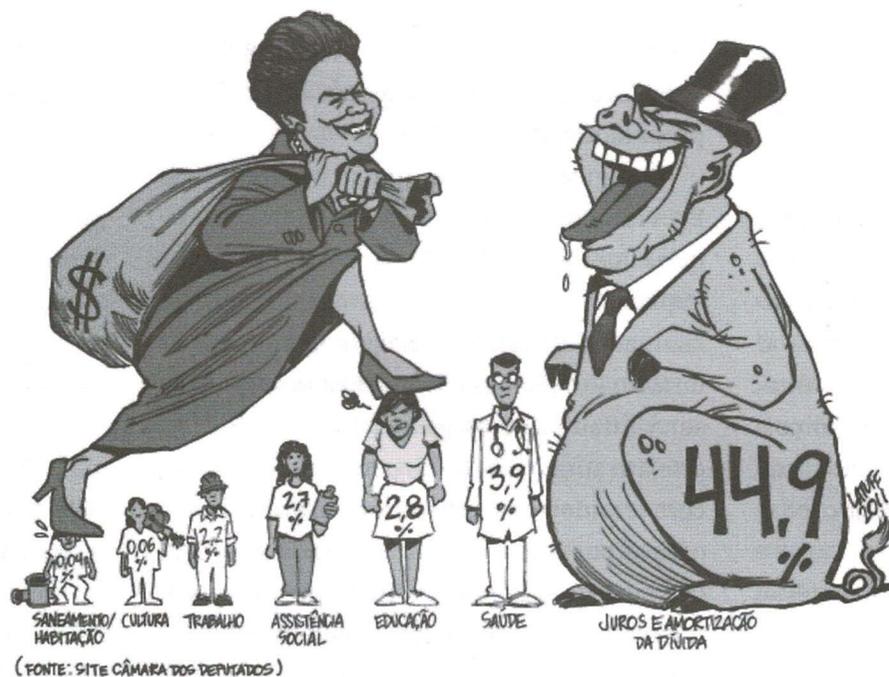
geração de consumo e demanda, aumentando a produção e oferta, note-se que isso é muito, mas muito diferente de distribuição de renda. De falido, o BNDES passou a ser o principal parceiro do grande capital industrial, de vendida, a PETROBRAS segue para se consolidar como uma gigante do petróleo (embora seja parte privatizada). A CEF é uma máquina de crédito caro, mas é uma máquina de crédito, e isso na acumulação tem um valor em si. Não se pode falar em crescimento econômico e subimperialismo brasileiros sem levar em consideração a gestão petista. Isso é fato.

Eis que no ninho sempre há um ovo de serpente. Quem mais ganhou com isso?

Trabalhadores? Muito pouco. A reforma agrária? Menos ainda. Os mais miseráveis? Um pouco mais, mas sob o ponto de vista do total do bolo isso é quase nada. Sendo assim, mais uma vez o capital oligopolista saiu ganhando mais do que todos.

Em um cenário otimista, o Brasil seguirá crescendo com os emergentes, melhor, na faixa intermediária dos emergentes. Sobretudo diante da grande crise europeia, e da recessão americana que estão longe de terem resolução. Entretanto, o Brasil é ainda subdesenvolvido, desigual e combinado, ou seja, tem

um vasto setor atrasado e é um exportador de comodities, que capta dólares, mas é prejudicado nas trocas (relação custo exportação/importação). O fato é que o Brasil tem se desindustrializado apesar do crescimento (vide os relatórios anuais da FIESP que



o que diferenciou os governos Lula de FHC foi que Lula soube que se solta a corda aos poucos e FHC achava que se apertava para sempre. O governo petista manteve os privilégios e os monopólios como sempre, mas aumentou o investimento estatal e liberou parte pequena dos recursos do Estado para

falam em desindustrialização relativa). Isso, grosso modo, se dá em razão dos altos juros, da relação artificial Real/Dólar, da perda de competitividade das empresas no cenário internacional, sobretudo em relação à China e, por fim, de uma orientação a captar dólares através de exportações de produtos primários como minérios de ferro, soja, suco de laranja, carne, etc. O que está em jogo aqui não é dizer que não se possam exportar produtos primários, mas que estes não podem ser o centro, pois fragilizam a indústria e enrijecem a economia exportadora. Note-se que o Brasil exporta 70% de produtos primário e importa 80% de produtos manufaturados.

O que falamos nos dois parágrafos acima é consenso entre FIESP, FIERGS, CNI, FEBRABAN e governo e assim é que finalmente vem o pacote.

As medidas do pacote de estímulo ao setor produtivo

O Pacote do governo visa recuperar a competitividade da indústria em solo brasileiro. As principais medidas são a desoneração da folha de pagamento das empresas, totalizando R\$ 7,2 bilhões ao ano entre a tal desoneração e a isenção de contribuições previdenciárias; R\$ 3,9 bilhões de aumento de compras governamentais; R\$ 1,9 bilhão para créditos à exportação; R\$ 6,5 bilhões de equalização (juro subsidiados) da taxa de juros nos empréstimos do BNDES; R\$ 45 bilhões adicionais para linhas de créditos oriundas do BNDES (que chegará a R\$ 150 bilhões em linhas), além de facilitação para aquisição de bens de capital para inversões tecnológicas, leia-se máquinas.

Ora, à primeira vista, o Pacotão é ótimo, pois é o Estado investindo, desonerando, comprando, emprestando com juros equalizados e estimulando inversões tecnológicas. Uma maravilha, mas como seguro morreu de velho, vamos com um pouco mais de cuidado. **1** A desoneração da folha de pagamentos para os empresários não beneficiará os trabalhadores diretamente, pois a economia de gastos com a folha é para patronal, diz-se que

a folha menos onerosa gera mais empregos, no entanto, o que se vê no Brasil é que não existe uma crise da relação lucro/salário/emprego. Afinal de contas, ninguém acredita que há excesso de direitos trabalhista no país. Isso é pura lorota capitalista. A composição da massa salarial no montante final não é demasiada. O salário do trabalhador brasileiro é menor e menos coberto do que muitos países latino-americanos semidesenvolvidos como México, Argentina, Uruguai e Chile. O mais provável é que se desonere a folha, se aumente a taxa de lucro e se invista em trabalho morto na composição geral da realização do valor, (ou seja, mais máquinas e menos seres humanos). Tanto é, que não há metas de absorção de mão de obra em uma faixa mínima de compromisso de admissões para tal desoneração. Desoneração não é mais emprego e sim mais lucro, mais acumulação e o Estado é quem arca para aliviar o burguês.

2 O aumento das compras governamentais são importantes, mas não dessa forma em que a compra é voltada para os grandes que podem vender em larga escala, sem controle de custo/benefício, ou seja, preços bastante acima do mercado, o que faz com que se gaste mais e se compre efetivamente menos. Boa parte das compras governamentais são feitas com licitações fraudulentas, preços aviltados e sem planejamento estratégico e geográfico.

3 Os créditos para exportações parecem ser os mais simpáticos. No entanto, o que sempre se observa é que se estimula mais a saída de produtos do que a demanda interna, sobretudo das classes C e D, pois ainda que haja reduções de IPI, a demanda interna sempre se vê atrofiada por juros, inflação e benefícios à exportação.

4 A equalização dos juros de empréstimos passará longe dos juros cobrados pelos bancos privados e bancos estatais de varejo. Esses seguirão cobrando mais de 150% ao ano das famílias seja no cheque especial, seja no cartão de crédito, enquanto pagam cerca de 10% ao ano para quem aplica na poupança. Os bancos seguirão sendo os donos da economia, mesmo com pacote de estímulo à produção.

Ocorre que para os pequenos empreendedores há poucas políticas de juros subsidiados e para as famílias nem se fala. É assim, se subsidia quem não precisa de subsídios. Já os bancos privados, que possuem fechamentos anuais bilionários não subsidiarão ninguém. **5** O BNDES é o pai dos milionários, ele financia privatizações, fusões, saneamento de empresas mal administradas, além de obras com trabalho semiescravo em canteiros do PAC, da Copa do Mundo e das Olimpíadas. O BNDES é o banco dos gigantes, dos monopólios e dos exploradores. Empréstimo muito a fundo perdido para quem já tem tudo. A prova disso é que Eike Batista é um dos principais captadores de linhas do BNDES. É lamentável.

Assim, fica claro que o pacote é emergencial, portanto, não estratégico, altamente seletivo e oligopolista, e não protege o trabalhador.

Enquanto se monta um megapacote, não há piso salarial para professores; os PMs grevistas são presos, humilhados e expulsos; o Bolsa Famílias segue sendo baixíssimo e eleitoreiro; a Reforma Agrária foi totalmente esquecida; a Reforma Tributária, que já é um arremedo de reforma, não sai do papel e os trabalhadores só se veem diante de contrarreformas previdenciárias. Além disso, não se investiga, não se pune e não se recupera o dinheiro, bilhões, digam-se de passagem, do fruto da corrupção. Demitir ministros não é nem será nem 5% da solução.

Além disso, não são desonerados os Estados Federados que pagam 20% de tudo o que arrecadam com a dívida com a União, diminuindo, assim, enormemente suas capacidades de investimentos.

Esse pacote é requeentado e não tem nada de positivo ou progressivo para os trabalhadores, Pois não prevê salários, aumento da renda, distribuição de renda e aquisição social da pequena e da média propriedades.

Ele é burguês e oligopolista e, por isso, não tem jeito: nossa luta segue!

Gilvandro Antunes é sociólogo, da Executiva Estadual do PSOL/RS

Corrupto não faz greve

Será que os professores do setor público federal, estaduais e municipais que recentemente fizeram longas greves são irresponsáveis? Os médicos e residentes de instituições públicas que paralisaram suas atividades em ato grevista por melhores salários e melhores condições de trabalho são desumanos? Os bombeiros que também fizeram greve são desleais? E agora os policiais grevistas são criminosos? E tantas outras categorias do Judiciário, da Fasubra, Fenasps, os aeroviários, bancários, correios, que também realizaram movimentos grevistas?

Por **Maria Lucia Fattorelli**

O que tem levado todos esses trabalhadores a enfrentar longos períodos de greve?

Para responder a essa questão é necessário analisar a situação remuneratória dos trabalhadores do setor público no Brasil.

Desde o Plano Real, a participação dos “Gastos com Pessoal” na Receita Corrente Líquida da União vem caindo. Se comparado com o PIB, chega-se à mesma conclusão, conforme gráficos 1 e 2, acima, na página ao lado.

Portanto, a riqueza nacional tem crescido, mas a remuneração dos servidores não tem acompanhado esse crescimento. As principais medidas que provocaram essa queda real estão relacionadas com o denominado Plano Real.

Com o intuito de “combater a inflação”, a Medida Provisória que instituiu o Plano Real proibiu a indexação e a atualização monetária automática¹, o que atingiu principalmente os salários que ficaram literalmente congelados durante anos.

Nos Estados e Municípios a situação dos servidores tem sido ainda mais grave, pois além da desindexação automática, em 2000 foi editada a Lei de Responsabilidade Fiscal², que estabelece limites para “Gastos com

Pessoal”. Tal lei tem sido usada pelo governo como o principal argumento para negar os justos reajustes salariais reivindicados pelas diversas categorias de trabalhadores do setor público.

Além do congelamento dos salários, a tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas – IRPF, que tributa os trabalhadores - também ficou congelada. Dessa forma, pífios reajustes que eventualmente tenham sido obtidos com muita luta por categorias de servidores tem sido em boa parte confiscados. A simples omissão do governo em corrigir a tabela do imposto de renda faz com que o trabalhador passe a pagar mais imposto, ainda que o reajuste obtido não signifique uma modificação em sua condição econômica, e sequer recomponha a inflação do período. Desde 1996, a defasagem da tabela do IRPF já supera a casa dos 50%, ainda que consideradas as atualizações ocorridas no período.

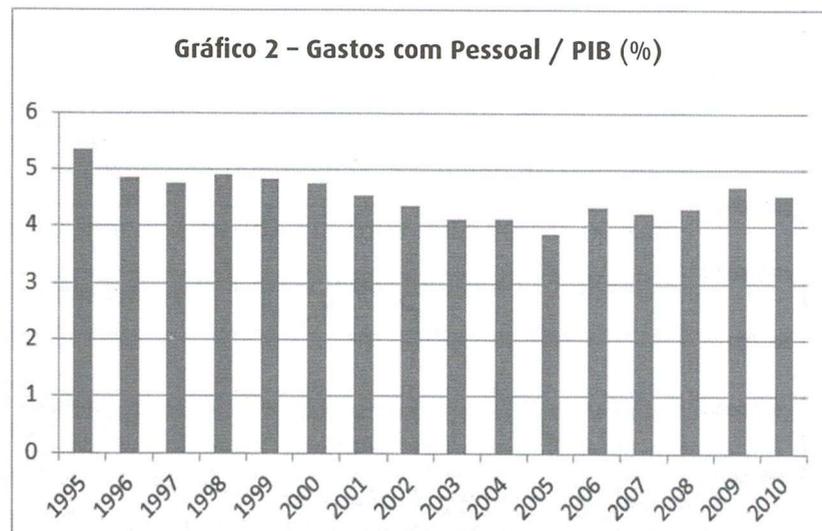
Como se não bastassem os baixos salários e o confisco, os servidores públicos ainda padecem das péssimas condições de trabalho, comprometendo a qualidade do serviço prestado e a qualidade de vida tanto dos usuários, mas principalmente dos servidores que acabam se desdobrando e até colocando

recursos pessoais para realizar suas atividades: quantos médicos conhecemos que financiam o exercício de suas atividades no setor público com carga dobrada em outro trabalho? Quantos professores compram com seus próprios salários materiais que deveriam ser fornecidos pelas escolas? Tais atos heroicos, dentre muitos outros, já se tornaram corriqueiros e “mantém a máquina funcionando”.

Em determinado momento, o salário fica tão defasado e as condições tão aviltantes, que os trabalhadores precisam se organizar para reivindicar seus direitos. As negociações administrativas raramente avançam, pois todas as limitações legais são jogadas na mesa e barram todo e qualquer pleito e reivindicação. Os dados refletem a situação de arrocho em que se encontram os trabalhadores do setor público desde o Plano Real, a exemplo dos gráficos 1 e 2, relativos ao setor federal. Esgotadas as possibilidades de negociação, não resta outra saída senão a greve – direito consagrado aos trabalhadores.

Autoridades do Partido dos Trabalhadores e demais partidos da base do governo (federal e estaduais) tem criminalizado o movimento grevista ou levado categorias ao esgotamento e quase desmoralização depois de meses de

Gastos Federais com Pessoal (% da Receita Corrente Líquida e PIB)



Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal divulgado pelo MPOG.

greve sem o atendimento de quaisquer pleitos. Quando o PSDB era governo federal fazia o mesmo, e nos Estados também. Portanto, a política aplicada contra os direitos dos trabalhadores tem sido a mesma desde o Plano Real, não importa o partido.

Enquanto os trabalhadores permanecem na penúria, a situação se modificou para outro setor econômico: os bancos. Esses sim, tiveram lucros crescentes, muito superiores à variação do PIB, conforme gráfico 3, abaixo.

A recente CPI da Dívida Pública denunciou que os detentores de quase todos os títulos da dívida pública brasileira estão no setor financeiro.

Esse setor não precisa fazer greve, pois detém inúmeros privilégios “legais” que lhes garante atualização monetária automática generosamente calculada por índice superior à inflação oficial, sobre a qual ainda se multiplicam os altos juros reais, além de benesses tributárias e muitos outros privilégios, garantindo-lhes

lucros crescentes, conforme demonstrado no gráfico 3, abaixo.

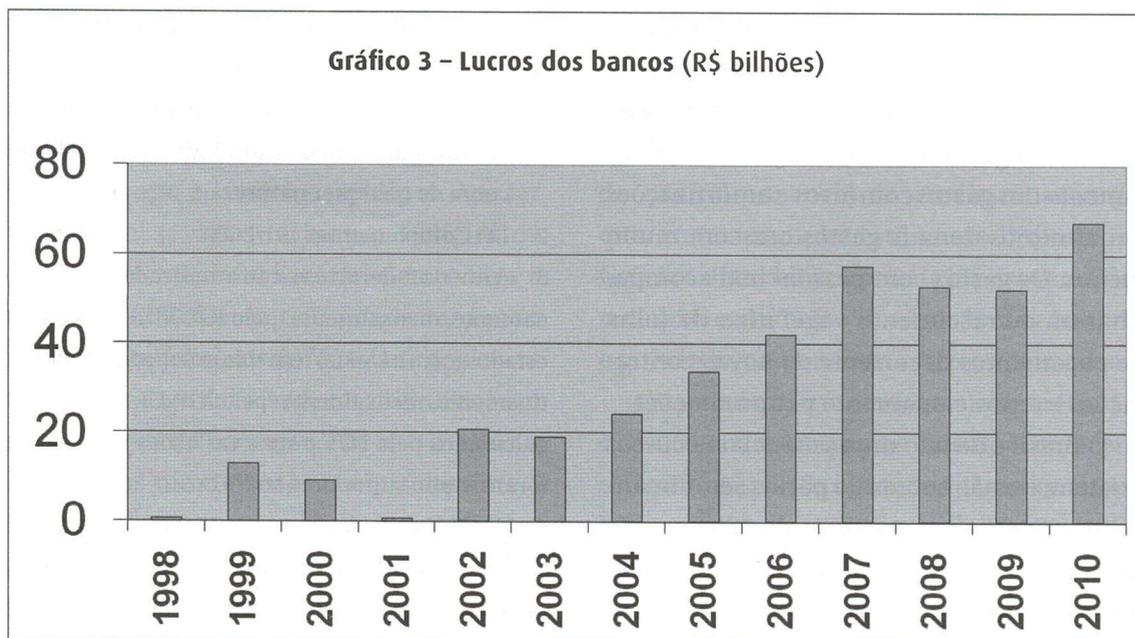
A esse conjunto de privilégios que asseguram a destinação da maior parte dos recursos para a dívida denominamos “Sistema da Dívida”. Cabe ressaltar alguns desses privilégios:

Ausência de limites para os gastos com juros na Lei de Responsabilidade Fiscal:

A Lei de Responsabilidade Fiscal não estabelece limite algum para o custo da insana política monetária em prática no País, que privilegia o pagamento de elevados juros. Pelo contrário, a referida lei determina que o Tesouro Nacional é obrigado a arcar com todo prejuízo do Banco Central. Mais uma vez quem paga a conta somos nós, pois daí vem os contingenciamentos e emissão de mais dívida para pagar juros. Em 2009 o prejuízo do Banco Central chegou a R\$ 147 bilhões. Em 2010 R\$ 50 bilhões.

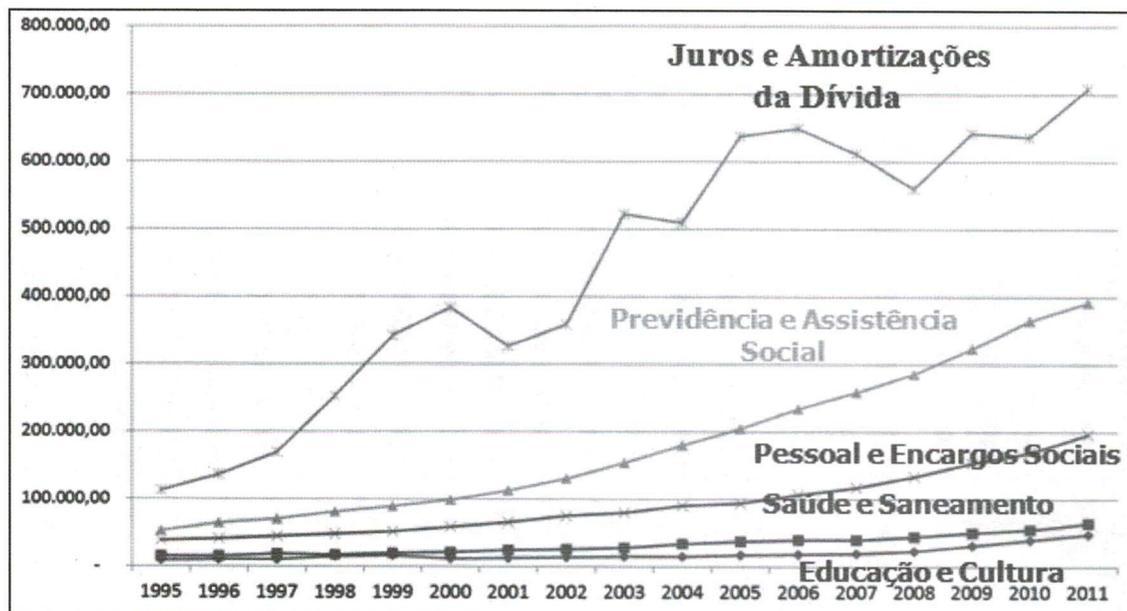
Afronta à Constituição Federal:

Embora a Constituição Federal proíba expressamente a emissão de títulos da dívida para o pagamento de despesas correntes, as investigações técnicas que realizamos na CPI da Dívida Pública provaram que o governo tem emitido novos títulos para o pagamento de grande parte dos juros.



Fonte: Banco Central - <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp>

Gráfico 4 - Orçamento Geral da União - Gastos Selecionados (R\$ milhões)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - SIAFI. Inclui a rolagem, ou "refinanciamento" da Dívida

Atualização Monetária automática para a dívida:

A partir do "fim" da atualização automática no país, decretada pelo Plano Real, a dívida pública continuou sendo atualizada automaticamente. Ou seja, a partir de 1995, enquanto os salários dos trabalhadores ficaram congelados, a atualização da dívida pública tem sido feita de forma automática, mensalmente, e por índices calculados por instituição privada (Fundação Getúlio Vargas) que tiveram variação muito superior ao índice oficial de inflação do país (IPCA)³.

Além dessa robusta atualização monetária automática, sobre o montante corrigido mensalmente, incidem as taxas de juros mais elevadas do mundo, o que torna a dívida brasileira a mais cara do planeta.

Os exemplos citados permitem constatar que os direitos dos rentistas estão acima das disposições Constitucionais, acima das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal e acima da necessidade de atendimento aos Direitos Humanos no Brasil.

É por isso que vivemos um grande paradoxo em nosso país: ao mesmo tempo em que somos a 6ª. potencia mundial, somos um dos países mais injustos do mundo, ocupando a 84ª. posição no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) medido pela ONU.

Essa política de atualização automática para a dívida acrescida de juros exorbitantes e ausência de limites tem provocado o crescimento acelerado da dívida pública brasileira, que já supera os R\$ 3 trilhões ou 67% do PIB, e consome quase a metade dos recursos da União⁴.

Os dados falam por si. O gráfico 4, acima, demonstra para onde estão indo os recursos desde o Plano Real: o pagamento de juros e amortizações da Dívida Pública tem tido prioridade absoluta, em detrimento de todas as demais necessidades sociais.

Devido à impressionante diferença de tratamento entre a destinação de recursos aos pagamentos do serviço da dívida em relação aos demais gastos sociais, é flagrante o descolamento dos gastos com juros e amortizações enquanto os demais gastos crescem muito menos. Os gastos com pessoal mal acompanharam o crescimento vegetativo da folha de pagamentos decorrente de novas contratações e reposicionamento por promoções.

O Brasil é de fato uma potência. Recursos existem, e estão sobrando para o setor financeiro, canalizados por meio do "Sistema da Dívida". Ao mesmo tempo, Direitos Humanos são aviltados, transformando o Brasil em um dos países mais injustos do mundo. As privatizações continuam a todo vapor⁵. Os

servidores públicos tem sido continuamente prejudicados com a negativa de reajustes salariais, condições de trabalho aviltantes, direitos trabalhistas usurpados, previdência pública sendo privatizada e transformada em fundos de pensão justamente quando estes estão quebrando no mundo todo, enfim, os trabalhadores que possuem a responsabilidade de prestar um bom serviço ao público que paga elevados tributos em nosso país não podem se conformar com esse injusto quadro.

Dedico esse estudo a todos os trabalhadores que se organizam, mostram a cara, e vão à luta por seus direitos, buscando garantir o sustento de suas famílias e defender a dignidade do próprio serviço público que beneficia toda a sociedade. Merecem todo respeito aqueles que trilham o difícil caminho da luta cidadã, e não se deixam corromper pelo "Sistema".

Maria Lucia Fattorelli é coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida
www.divida-auditoriacidada.org.br

Notas

- 1 Medida Provisória nº 2.074-73, Art. 1º: As estipulações de pagamento de obrigações pecuniárias exequíveis no território nacional deverão ser feitas em Real, pelo seu valor nominal. Parágrafo único. São vedadas, sob pena de nulidade, quaisquer estipulações de: (...)
II - reajuste ou correção monetária expressas em, ou vinculadas a unidade monetária de conta de qualquer natureza;
- 2 Lei Complementar 101/2000.
- 3 A dívida federal tem sido atualizada automaticamente, mensalmente, pelo IGP-M. A dívida dos estados (com a União) tem sido atualizada automaticamente, mensalmente pelo IGP-DI. Ambos são calculados pela FGV e suas variações no período foram muito superiores ao IPCA.
- 4 Em 2011 a dívida consumiu 45,05% dos recursos do Orçamento Geral da União. Gráfico em www.divida-auditoriacidada.org.br
- 5 Ver "A Privatária do PT" em www.divida-auditoriacidada.org.br



De volta ao futuro

Neste primeiro semestre de 2012, os movimentos sociais da América Latina vão se confrontar com os governantes do planeta em três oportunidades: a Cúpula das Américas, em Cartagena (Colômbia); a reunião do G20, na cidade de Los Cabos (México); e a Conferência da ONU, a Rio+20 (Rio de Janeiro). Em cada uma dessas ocasiões, os movimentos se verão diante de desafios que dizem respeito ao passado, presente e futuro do continente e do planeta. Serão três momentos importantes para determinar o agora e o amanhã planetário.

A Cúpula das Américas recende a mofo. Criada por Bush Filho, com o objetivo de lançar a finada ALCA, teve sua primeira edição, não por acaso, em Miami, e desta vez, não menos simbolicamente, se realizará na Colômbia, o mais fiel aliado dos EUA no continente e abrigo de bases militares norte-americanas. Essa Conferência, com a presença do próprio Barack Obama, faz parte do esforço diplomático de Washington em recuperar uma hegemonia no seu antigo quintal, debilitada por diversos fatores – entre os quais a crescente importância econômica da China na região e o fracasso dos governantes neoliberais, derrotados nas urnas por forças que, pelo menos em palavras, são críticas ao caminho preconizado há décadas pela tríade Banco Mundial, FMI e OMC.

Nos últimos anos, os EUA foram marginalizados de uma série de instâncias criadas pelos países latino-americanos, como a Unasul e o Banco do Sul. Agora – através dessa Cúpula das Américas – buscam recuperar o tempo e o espaço perdidos. Apesar da imagem jovial de Obama, o cheiro de naftalina é inevitável, como demonstra a exclusão de Cuba da reunião, recordando os tempos tenebrosos do ‘combate ao comunismo’, pródigo em ditaduras militares e em seus cortejos de horrores. Por isso mesmo a agenda dos movimentos sociais durante a Cúpula contempla uma série de manifestações centrada na denúncia da militarização da região, da violência e dos abusos contra os direitos humanos. Da Colômbia, que vive ainda um tempo obscuro já superado por

boa parte dos países da América Latina, virá o brado contra um passado que não quer passar.

No México, a reunião dos G20 representa a atualidade da dominação, disfarçada por nomes como ‘governança global’. Inicialmente, G7 (EUA, Inglaterra, Alemanha, Itália, França, Japão e Canadá), mais tarde G7+1 e G-8 (com a inclusão da Rússia), o grupo se ampliou com a entrada dos chamados países emergentes, como forma de ‘democratizar’ a gestão do planeta. Onde quer que aconteçam as reuniões do G20, são perseguidas por manifestações que negam a esses governantes o direito de decidir a sorte da humanidade. Dessa vez, no México, não será diferente. Desde a capital mexicana até a Baixa Califórnia, estado onde será realizada a reunião, marchas, caravanas e grandes comícios denunciarão os responsáveis pela crise generalizada – econômica, social, política, ambiental – que afeta o planeta e as falsas alternativas que promovem mais do mesmo. Ou seja, buscam intensificar a dominação do capital por meio da medicina amarga que, como exemplo, está sendo imposta na Grécia – demissões, corte de direitos sociais, recessão econômica e salvação dos bancos e governos, responsáveis diretos pela crise.

Quase ao mesmo tempo em que a reunião do G20 será realizada no Brasil, acontecerá a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) – que tem como estrela anunciada a ‘economia verde’. Proposta apresentada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) como uma espécie de panaceia

contra todas as crises, a economia verde significa, na prática, o aprofundamento da mercantilização da natureza, com a precificação e privatização dos bens comuns, além da constituição de novos mercados – como o do carbono – e a aposta no aprofundamento do capitalismo como remédio da crise da civilização criada pelo próprio capital.

Em paralelo ao encontro dos chefes de estado, movimentos sociais de todo mundo promoverão a Cúpula dos Povos – que tem como eixo a denúncia dos aspectos estruturais da crise, a crítica das falsas soluções e a apresentação de propostas alternativas. Neste último ponto reside sua ligação com o amanhã. Pela primeira vez desde que os povos começaram a marchar em Seattle, um encontro dessa natureza e dessa magnitude (se esperam dezenas de milhares de participantes, vindos dos quatro continentes) propõe não só denunciar passado e presente, mas também apresentar as propostas consensuais para o futuro, uma espécie de plataforma dos 99% contra o programa dos 1% que dirigem o mundo em seu próprio proveito.

Partindo dos acúmulos reunidos em décadas de luta social e sistematizados em encontros, fóruns, assembleias e redes, os protagonistas da Cúpula dos Povos na Rio+20 se propõem a atravessar o Rubicão entre problemas e soluções, estabelecendo novos paradigmas para a vida em sociedade no planeta. Trata-se de um objetivo generoso e corajoso. Vale a pena participar.

Luiz Arnaldo Campos é coordenador de comunicação da Cúpula dos Povos

Copa 2014: A FIFA faz a festa e o Brasil paga a conta

Por **Adolfo Santos**

A grosseira declaração do Secretario Geral da FIFA Jerome Valcke de que “... o Brasil necessita de um chute no traseiro para acelerar as obras da Copa”, gerou mal-estar. Mas os fatos demonstram que essa indignação teve duas caras. A verdadeira, dos brasileiros comuns, que se sentiram insultados gratuitamente por um dirigente que carrega graves denúncias de corrupção e a falsa, dos cartolas e do governo que, independente de um jogo de cena contra o secretario geral, não estão nem ai com as palavras já que para eles o importante é o negócio que lhes oferece a Copa.

Não é casual que depois do insulto, a presidente Dilma se reuniu com o “chutador mor”, Joseph Blatter, presidente da FIFA, e chefe de Valcke, para acertar os detalhes das concessões e facilidades que o governo brasileiro, mediante a Lei Geral da Copa e de outras medidas está oferecendo à entidade. Quem acompanha a preparação da Copa não fica surpreso. Ninguém está discutindo as táticas de jogo nem a melhor escalação da seleção para conquistar o hexa aproveitando nossa condição de país anfitrião. O debate desta Copa é sobre o que vai exigir a FIFA, sobre o superfaturamento das obras ou sobre as barganhas exigidas pelos deputados para votar a lei. É o comportamento próprio do tomalá, dá cá entre cartolas e políticos corruptos disputando um negocio bilionário.

A Lei Geral da Copa, aprovada na Câmara dos Deputados depois que o governo cedeu à chantagem dos parlamentares liberando

milhões de reais em emendas, foi feita à medida da FIFA. O Estado compromete-se a colocar todos os médios disponíveis para proteger seus negócios, punindo com multas e cárcere, a quem ousar disputar com a FIFA. Chega ao cúmulo de liberar zonas de exclusividade fora dos estádios para garantir seus lucros. Mas isto é somente uma parte. Desde a época de Lula, sem nenhum debate

com a sociedade, o governo assinou outras disposições para satisfazer as exigências da entidade mundial. Uma das mais controversas, e que como muitas outras fere o Código do Torcedor, a liberação para a venda de bebidas alcoólicas nos estádios, também foi aprovada mediante o subterfúgio de deixar a decisão final em mãos dos estados sedes da Copa. Fica claro, o Estado se faz cargo dos gastos e possíveis prejuízos e preserva os privilégios e lucros para a FIFA e seus patrocinadores sem nenhuma contrapartida. Segundo Jamil Chade do ESP, “Algumas obras da Copa – levarão até 2030 para se pagar, e ao País sobrarão o ônus de arcar com todas as dívidas do Mundial”, porém, segundo estimativas, a renda obtida pela FIFA será duas vezes superior à Copa de Alemanha em 2006 e três vezes maior que na França em 1998.

Para que não fiquem dúvidas sobre quem manda no evento, o presidente da Comissão de Finanças da FIFA, Júlio Grondona, *Don Júlio*, como é chamado por seus amigos, nefasto personagem que preside a Associação do Futebol Argentino há 33 anos acaba de declarar: “A Copa é da FIFA. Ela só ocorre no Brasil”. Claro que a dona da Copa não



desembolsa um Real, mas mediante salvaguardas e isenção de impostos obterá polpidos lucros sem correr risco. Como escreve Jamil Chade do ESP: “O acordo entre o Brasil e a FIFA sobre a isenção de impostos evitará que R\$ 500 milhões sejam coletados pelo Tesouro.” Como se fosse pouco, o governo estendeu este acordo até 2015! Sem dúvidas, a FIFA faz a festa, mas o povo brasileiro é quem pagará os gastos.

“vão roubar pelos cotovelos...”

Montado numa paixão popular, como é o futebol, o então presidente Lula encabeçou a cruzada em prol da Copa para angariar mais popularidade para ele e seus aliados. Argumentos não faltaram: geração de empregos, obras de infraestrutura, modernização do transporte, dos aeroportos e das estradas. Prometeram um legado cor de rosas, tudo feito com investimentos privados. Mas o que estamos vendo é diferente. Obras superfaturadas e uma total falta de transparência nos gastos. De acordo com um relatório do Tribunal de Contas da União, nas reformas do estádio Maracanã, no Rio de Janeiro, o superfaturamento nas contas da obra já chegou

a R\$ 163 milhões. Mesmo com a fiscalização do TCU, um levantamento feito pelo UOL Esporte aponta que o desperdício com dinheiro público nas obras da Copa do Mundo 2014, alcançou a cifra de R\$ 776 milhões durante o ano de 2011.

O dinheiro da iniciativa privada esfumou-se e as obras só avançam com fundos do Tesouro Nacional ou do BNDES. Enquanto isso, os orçamentos se multiplicam para construir “elefantes brancos” que abrigarão apenas três ou quatro jogos e ficarão imprestáveis depois de 2014, como denunciou o Tribunal de Contas da União. O TCU estima que 98,5% dos 23 bilhões previstos para serem gastos nas obras sairão dos cofres

Na canela!

“É uma pena ouvir nas rádios, ver na TV, abrir os jornais e ler que o governo federal se uniu à Fifa para que a Copa do Mundo seja a maior de todos os tempos. Uma mentira descabida! Não será a melhor e nós vamos passar vergonha” [...] “O governo federal está enganando o povo. E a presidente Dilma está sendo enganada ou se deixando enganar.”

Romário (Deputado Federal PSB-RJ)

públicos. O mais grave é que ninguém sabe ao certo qual será o orçamento final desta farra. O que desde já podemos afirmar, é que será o dinheiro que faltará para investir em educação, saúde, moradia, segurança, entre tantos outros.

As experiências das Olimpíadas de Atenas 2008 e do Mundial de África do Sul em 2010 estão aí. A crise da Grécia não é por culpa das Olimpíadas, mas a Grécia se endividou em obras superfaturadas com a promessa de um legado que ninguém consegue enxergar. Transcorrido pouco mais de um ano da Copa, a África do Sul não sabe o que fazer com os estádios construídos. O de Green Point, com capacidade para 58 mil pessoas, na Cidade do Cabo, custou R\$ 1 bilhão e atualmente

ninguém quer usá-lo nem se fazer cargo dele pelos altos custos de manutenção. Chegou a cogitar-se sua demolição, uma loucura que só foi descartada quando o poder público municipal se comprometeu a cuidar dele. Dos três clubes de futebol da cidade, nenhum deles tem torcida suficiente para tanto estádio.

Diretas Já!

“Se vamos fazer uma Copa-14 bancada quase inteiramente com dinheiro público, vale muito a pena o esforço dos homens de boa vontade por Diretas Já na CBF e, conseqüentemente, no comitê gestor do mundial, óbvio.”

Xico Sá na FSP

A experiência sul-africana é o espelho do Brasil pós-Copa. O blog de José Cruz publicado na UOL oferece dados interessantes: em Brasília, com uma média de ingressos de 660 torcedores por jogo, se está reconstruindo o Mané Garrincha para 72.000 pessoas a um custo de mais de R\$ 1 bi. Manaus por sua parte constrói um estádio para 43 mil pessoas ao custo de R\$ 518 milhões sendo que em 2011, nenhum jogo ultrapassou os 1000 torcedores! Algo similar acontece em Cuiabá que com uma média de 392 torcedores prepara o estádio Verdão com capacidade para 43.700 pessoas a um custo de R\$ 518 milhões! Qualquer semelhança com o que ocorre em Cidade do Cabo não será casualidade, mas também as autoridades não poderão dizer que não sabiam.

Saudades de Sócrates!

“O Ricardo Teixeira vai fazer muita falta. Devemos muito a ele”

Ronaldo depois da renúncia de ex-presidente da CBF

A Copa de 2014 poderá deixar um nefasto legado de roubalheira, dívidas e elefantes brancos. Eleito melhor do mundo na Copa

de 1994, Romário denunciou: “... O rombo vai passar de 100 bilhões nessa Copa [...] “Quando chegarem as obras emergenciais, todo mundo vai roubar pelos cotovelos.” A renúncia de Ricardo Teixeira à presidência da CBF e ao Comitê Organizador Local, não modificou em nada esta situação. O ex-deputado da ARENA e governador biônico José Maria Marin é farinha do mesmo saco. O governo é conivente e colabora para manter esta corja. Longe de aprofundar as investigações contra o corrupto dirigente renunciante, Aldo Rebelo declarou: “... Continuaremos cooperando com a CBF. “Seguiremos trabalhando em harmonia para o êxito das tarefas...”.

Fala Mestre!

“Bastou Ronaldo admitir seu nome para presidente da CBF, depois da Copa, para se falar muito disso. Ronaldo, por não ter tido preparo técnico, não demonstra condições para o cargo nem para ser membro do comitê organizador da Copa. Ele precisa também decidir se quer ser empresário do esporte ou dirigente esportivo. Há um nítido conflito de interesses.” [...] “O que prevalece, na maioria das vezes, é a ética do mercado e da política, o corporativismo e o toma cá dá lá.”

Tostão na sua coluna semanal da FSP

A queda de Ricardo Teixeira foi produto da mobilização de setores que impulsionaram e colocaram em evidência de forma escancarada as denúncias em sua contra. Exigir punição e retomar essa mobilização contra o poder político, os cartolas e as empreiteiras para reclamar transparência nos gastos da Copa é uma importante tarefa. É necessário que organizações de esquerda como o PSOL e sindicatos combativos, se engajem e impulsionem esta luta para evitar que, na esteira de uma paixão nacional, os corruptos nos deem um chute no traseiro.

Adolfo Santos é do PSOL/CST - RJ

Rio+20: o capitalismo empurra a humanidade para uma crise de civilização

Por **José Correa Leite**

A Cúpula dos Povos deve apontar para outra civilização: grande parte do que é produzido hoje é desnecessário para uma vida digna e prejudicial para o planeta e a maioria da humanidade

A Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) ocorrerá, entre os dias 20 e 22 de junho, em um momento em que a crise econômica estrutural aberta em agosto de 2008 acirrou a competição entre os governos centrais e os emergentes. Revisitar as metas estabelecidas na Rio 92, como era o propósito original da Conferência, apenas exporia as elites capitalistas ao ridículo das promessas não cumpridas. Enfrentar a crise ambiental que assoma significaria, por outro lado, sucatear enormes capitais investidos em setores com grande poder político (petróleo, automóvel...). Setores minoritários do capital aventuram-se pelo capitalismo verde (ou “economia verde”), mas sem condições de se colocarem no coração do processo de acumulação financeirizado. Pretendem, ainda assim, obter um mandato que legitime uma nova ofensiva de mercantização da natureza e dos bens comuns, algo de interesse do conjunto do capital.

Neste quadro, a tônica dominante será a de um circo de relações públicas no Rio Centro, longe da população carioca. O governo Dilma pretende desviar a discussão da marcha para um colapso ambiental para o tema dos avanços no combate à pobreza.

O espaço de discussão dos problemas estratégicos colocados para a humanidade deslocou-se, assim, para a Cúpula dos Povos,



a contra-conferência da sociedade civil e dos movimentos sociais, programada para o Aterro do Flamengo de 15 a 23 de julho. É ela que deve articular o questionamento das políticas de concentração de riquezas com a crítica da crise ambiental, oferecendo uma alternativa às políticas do capitalismo global.

A Cúpula dos Povos é uma oportunidade única para que avancemos na crítica não apenas do modo de produção capitalista, mas da civilização que ele produziu e que deve ser superada.

Marx realizou a crítica da economia política utilizando as análises mais avançadas produzidas pela ciência do século XIX. E o materialismo histórico deve resgatar este método para a crítica da sociedade contemporânea e a definição de um programa de transição para o socialismo em nossa época. Isso nos conduz a uma radicalização da oposição ao capitalismo, ao desenvolvimentismo e ao consumismo que nos distancia de uma certa tradição produtivista da esquerda, mas

abre o diálogo com enormes parcelas da juventude que intuem o rumo catastrófico da civilização do capital.

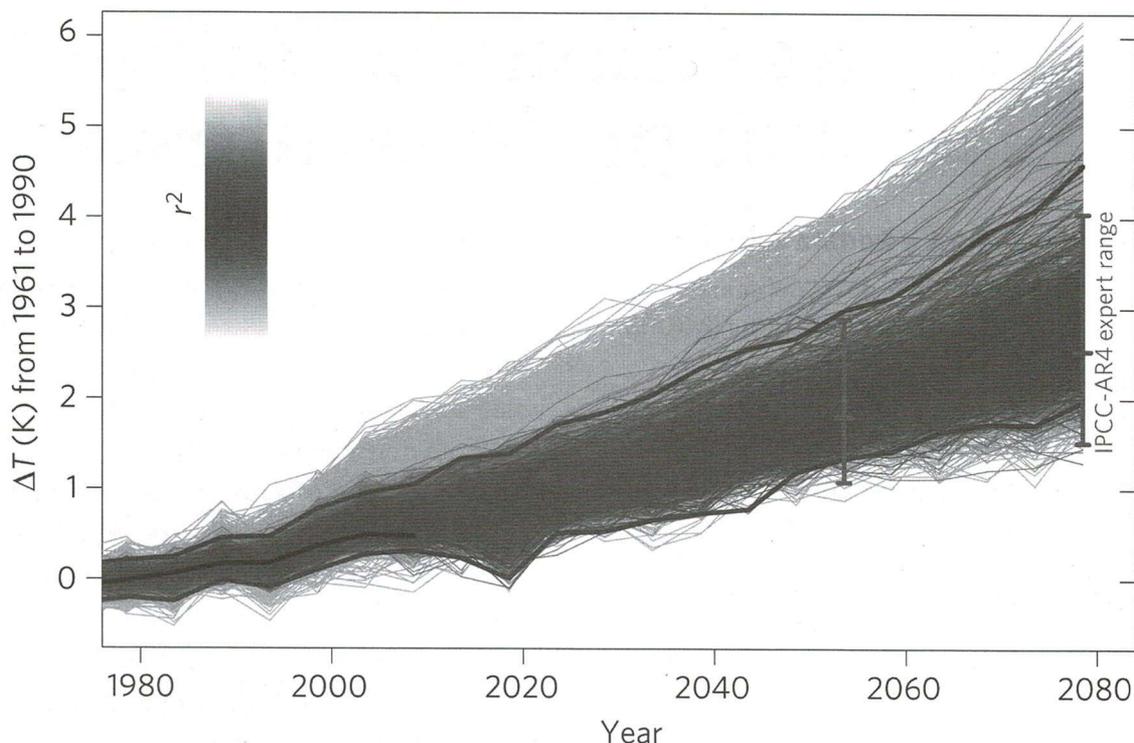
A compreensão de que a economia industrial está produzindo um aquecimento global e transformações extraordinárias teve que ser aceita – formalmente – pelos governos de todo o mundo. O quarto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, de 2007, afirma que as emissões de gases do efeito estufa podem levar a um aquecimento de mais de cinco graus em 2100, suprimindo as condições ambientais favoráveis à humanidade desde o final da Era do Gelo.

Mas esta é apenas uma das ameaças que estamos enfrentando. O Instituto de Resiliência de Estocolmo publicou, em 2009, um amplo estudo sobre os limites (ou fronteiras) planetárias (ver <http://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>). As mudanças climáticas são apenas um dos limites ultrapassado pela ação humana: a perda de biodiversidade e

o desequilíbrio do ciclo do nitrogênio pela agricultura industrial são outros processos que já fugiram do controle. Mas a acidificação dos mares, o uso da água doce, as mudanças no uso do solo, os desequilíbrios no ciclo do fósforo, a utilização da água potável disponível e a destruição do ozônio estratosférico são outros processos conhecidos que estão escalando. Além disso, a ciência ainda não conhece bem quais seriam os impactos da crescente poluição química e a emissão de aerossóis na atmosfera sobre o Sistema Terra. Quando uma destas fronteiras é ultrapassada, ela desloca outras, em uma dinâmica complexa.

Os cientistas chamam este processo cumulativo de desequilíbrios que o impacto das atividades agro-industriais capitalistas está provocando de a “grande aceleração”. Entramos em uma nova era, onde estas atividades já tem uma força geológica. Vivemos agora na Era Antropocena (ver http://allenpress.com/pdf/ambi-36-08-06_614..621.pdf).

Mesmo cientistas moderados estão chegando a conclusões radicais. É necessário reverter grande parte das atividades que estruturam hoje o funcionamento da sociedade (capitalista). Eles lembram que grande parte do que é produzido hoje na economia/sociedade capitalista é desnecessário para uma vida digna e saudável e prejudicial para o planeta e a maioria dos seres humanos, além de aprofundar o desperdício de recursos pelo sistema produtivo – geração de energia pela queima de combustíveis fósseis, produção e uso dos automóveis, produção e uso de artigos descartáveis, produção e uso de armas, grande parte do papel, química e petroquímica, bem como da publicidade (e todos os apelos ao consumo ostentatório, como, por exemplo, os cristalizados nas estruturas dos grandes shopping-centers), pecuária industrial para as populações afluentes, pesca intensiva, agricultura industrial. O mesmo se aplica para toda a matriz de transportes baseada no petróleo e, crescentemente, para a indústria do turismo. E aos padrões dominantes de construção de moradias e edificações – das calefações e refrigeração das casas do Primeiro Mundo às ostentatórias torres de



vidro corporativas – baseados no desperdício de energia. Muitas das questões de escala nas atividades produtivas e comerciais não são ganhos de produtividade do trabalho humano, mas ganhos de escala dos distintos patamares de concentração de capitais.

Quando colocamos isso em perspectiva, fica clara a profundidade da mudança necessária para enfrentar a crise ambiental e seu choque frontal com a dinâmica do capitalismo, que só apresenta paliativos. Isso pode ser chocante para parte da esquerda. Mas a situação está se agravando rapidamente, enquanto as oligarquias capitalistas nada fazem. Um estudo publicado em março na *Nature* (ver: http://climateprediction.net/science/pubs/NatGeoSci_2012a.pdf) afirma que o aumento de temperatura pode chegar a 3° em 2050. As grandes catástrofes – que tendem a ocorrer se uma revolução ecossocialista não acontecer – não são coisas para um futuro distante, mas ameaças que afetarão aqueles que hoje já são adultos. Enquanto isso, as negociações sobre o clima foram postergadas para 2015 e a vigência de um eventual e improvável acordo estabelecida para começar em 2020, agravando ainda mais a escalada dos problemas.

A magnitude do desafio tem uma consequência política: exige que grandes massas populares entrem em cena, se politizem,

compreendam a situação e exerçam uma democracia participativa. O lema de algumas correntes dos jovens indignados, democracia real já, é inseparável do desafio sócio-ambiental. Só apoiados nela poderemos superar a crise civilizacional vigente.

Todo este debate global tem um tempero bem regional. No Brasil e por quase toda a América do Sul, movimentos populares tem se chocado com os projetos “neodesenvolvimentistas” de burguesias cada vez mais associadas ao capitalismo chinês como fornecedoras de produtos primários. A reprimarização das nossas economias representa um aumento significativo da predação dos recursos naturais e ecossistemas de nossos países. O combate à reforma do Código Florestal no Brasil, a luta contra a mineração no Peru, Equador ou Argentina, a oposição a corredores de exportação e a hidroelétricas destinadas baratear a extração de minérios exportados para a China são, por todo continente, parte do mesmo movimento estratégico de recomposição da esquerda latino-americana na luta por uma alternativa socialista para nossos povos. A Cúpula dos Povos será um espaço privilegiado para visibilizar esta luta e nossas alternativas.

José Correa Leite, Professor, Núcleo Projeto Popular, SP

Reforma do Código Florestal: um projeto infesto de Brasil

Por **Kenzo Jucá e Renata Albuquerque**

A insistência do Congresso Nacional e do governo brasileiro relativa à votação das reformas no Código Florestal não se relaciona com qualquer análise técnico-científica sobre precaução ou prevenção ambiental com os recursos naturais do Brasil. O projeto é uma tentativa do modelo governamental insustentável de desenvolvimento nacional em contornar os efeitos da crise econômica mundial, atendendo aos interesses dos ruralistas para assim incentivar o crescimento da economia declinante, baseando-se no desmatamento de florestas primárias para exportação de commodities agrícolas. Fica cada vez mais evidente que se trata de um novo avanço do arcaico modelo capitalista primário sobre o meio ambiente, com objetivo de transferir a riqueza natural do país para os bolsos da elite rural brasileira e transnacional. Opor-se às alterações no Código Florestal é sustentar as vozes que clamam pela construção de outro projeto de país e de mundo: menos injusto e mais atento às necessidades do povo e da terra. É disso que trataremos nesse artigo.

A campanha “Veta, Dilma” e os ecos da resistência popular a reforma do Código

Desde a redemocratização brasileira nos anos 1980, poucas matérias debatidas pelo Congresso Nacional tiveram envolvimento significativo da sociedade, adquiriram

contornos de indignação, unanimidade pública, clamor popular e geraram níveis de pressão social capazes de interferir no processo de tramitação legislativa. Dentre elas se destacam a própria PEC 05/83 pela volta das eleições diretas para Presidente da República e o “movimento Diretas Já” (1983/1984) e, menos de uma década depois, o pedido de *impeachment* no Congresso Nacional do então Presidente Fernando Collor e o “movimento Cara-Pintada” (1992).

Em escala diferenciada, mas igualmente importantes, são outros dois fenômenos sociais relacionados ao parlamento que ocorrem mais recentemente: a votação da “Lei da Ficha Limpa” precipitado pelo “movimento Ficha-Limpa” (2009/2010) e o processo em curso de resistência à reforma do Código Florestal brasileiro, que exige o veto integral da presidente Dilma Rousseff aos projetos do Congresso Nacional, caso sejam aprovados, sejam o texto do Senado ou da Câmara.

A repercussão da campanha entre os movimentos sociais, populares, ambientalistas, juventude e a sociedade civil não surpreende: a reforma do Código Florestal expressa a institucionalização de um projeto de país sustentado por interesses políticos e econômicos que não têm relação com as demandas e necessidades reais do povo. Faz-se política para atender o agronegócio, a indústria de fertilizantes e defensivos, banqueiros e latifundiários e não para promover um modelo agrícola e agrário sustentável e democrático. A bancada ruralista negocia constantemente seu apoio ao governo com vistas à implementação de suas agendas, conseguindo impor quase todas elas. A reforma do Código Florestal pode ser mais um dos efeitos da preferência pela manutenção da coesão da base governista em torno de uma agenda oriunda de um setor

ultra-minoritário da sociedade, em detrimento das necessidades da imensa maioria do povo brasileiro. É hora do governo atender ao clamor de mais de 85% da população e não permitir a aprovação desse projeto que anistia crimes ambientais e promove desmatamento.

O povo responde a essas chantagens e já pela segunda vez consecutiva as mobilizações da campanha **Veta, Dilma!** conseguiram alterar o calendário ruralista de revogação do código de leis que protege as florestas brasileiras. Primeiro adiou a votação terminativa do projeto na Câmara dos Deputados em dezembro de 2011, após aprovação no Senado Federal. Depois, novamente a sociedade conseguiu outra vitória parcial, ao adiar a votação que estava programada para março desse ano. Todavia, a ameaça contra as florestas continua e por isso as ações da campanha serão ampliadas.

A luta contra os projetos que revogam o Código Florestal adquiriu um amplo caráter democrático de defesa da ética ambiental e das gerações futuras. Reflete o antagonismo entre a ampla maioria da população contra interesses imediatistas de uma absoluta minoria controladora do agronegócio produtor de poucas *commodities* agrícolas oriundas da pecuária extensiva e monocultura de grãos. Apesar do forte *lobby* do agronegócio e da pressão exercida pelos interesses econômicos, o povo brasileiro não aceita anistia a desmatamentos ilegais, redução de florestas de APP e Reserva Legal e incentivo a novos desmatamentos, que são os eixos centrais dos projetos ruralistas. Segundo pesquisa de opinião, cerca de 85% dos brasileiros se declararam contrários a essas questões centrais e a reforma do Código Florestal. A própria presidente Dilma se comprometeu a vetar o projeto caso permita anistia, novos desmatamentos e redução de APP e RL,



previsões tanto do texto da câmara como do senado. Tal declaração revela que estes textos se mostram problemáticos mesmo aos olhos do governo federal. Mas compreender o significado político e ambiental de um projeto como esse nos coloca a tarefa de continuar exigindo seu veto integral.

As principais instituições de cientistas e pesquisadores do país – como SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e ABC (Academia Brasileira de Ciências) – também apontam graves riscos ecológicos e socioeconômicos no projeto. Diversos segmentos sociais de agricultores, pescadores, estudantes e ONG's criaram o *Comitê Brasil em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável*, uma ampla coalizão nacional que coordena a campanha **Veta, Dilma!** e cuja secretaria operativa é exercida pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP) do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. O Comitê Brasil organiza a luta nacional em defesa do Código Florestal e reúne quase 200 entidades de movimentos sociais e da sociedade brasileira como Via Campesina, OAB, ABI, FETRAF, Greenpeace, WWF-Brasil, SOS Mata Atlântica, IDS, Instituto Socioambiental, IPAM, Coletivo Juntos! e outras.

O calendário ruralista firmado no Congresso Nacional para finalizar a aprovação do projeto, que previa votação em 2011, foi atropelado pelo processo de mobilização da sociedade. Culminou com a realização de um ato nacional em Brasília dia 29 de novembro, onde foram entregues cerca de 2 milhões de assinaturas à presidente Dilma no Palácio do Planalto, pedindo o veto ao projeto de Código Florestal e que o mesmo não fosse votado às pressas terminativamente em 2011. Fruto da mobilização, a votação foi adiada por uma semana no Senado, inviabilizando a votação final na Câmara. Esse processo de lutas imprimiu uma alteração significativa ao calendário ruralista. A renegociação dos líderes da Câmara dos Deputados para votação em março de 2012, também derrubada pela campanha do Veto,

pode possibilitar ao Brasil o tempo necessário para que, a partir da realização da Rio+20 e da Cúpula dos Povos, possamos afastar definitivamente o perigo dos agro-projetos.

Para evitar que o plano ruralista de votar em março de 2012 se concretizasse, o Comitê Brasil em Defesa das Florestas implementou uma agenda nacional de mobilização e esclarecimento da campanha em defesa do Código Florestal e pelo **Veta, Dilma!**. Ainda em janeiro, o Comitê coordenou a mesa redonda “Reforma do Código Florestal” durante o Fórum Social Temático, em Porto Alegre, com presença de João Pedro Stédile (Via Campesina), Marina Silva (Fórum ex-ministros MMA) e representantes de Greenpeace, WWF-Brasil e Coletivo Juntos!. Em fevereiro, o Comitê Brasil realizou o seminário “Código Florestal: O que diz a Ciência e nossos Legisladores Ainda Precisam Saber”, que culminou com a Jornada Nacional de Lutas, realizada no dia 06 de março em 26 Estados brasileiros e com o ato nacional de 07 de março em Brasília-DF, que teve uma marcha de mais de 2 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios rumo ao Congresso Nacional e ao Palácio do Planalto e realizou paradas no Ministérios do Meio Ambiente e Ministério da Agricultura, pedindo mudanças na política ambiental e agrícola do governo.

Depois do adiamento, caminhamos para onde?

O adiamento dessas votações tem duplo caráter: além de ser resultado da cobrança veemente da sociedade pelo veto aos projetos do Congresso Nacional, também representa o interesse do governo em postergar a possibilidade de votação em segundo turno na Câmara dos Deputados para após a realização da Conferência Rio+20, uma forma de tentar evitar maiores desgastes internacionais ao governo brasileiro com questões socioambientais. Às vésperas da Rio+20, busca-se desvincular a imagem da presidente com projetos que geram desmatamento e anistia a crimes ambientais, o

cerne dos projetos que devem ser vetados. O simples adiamento – que por si só não afasta uma possível votação do mesmo projeto maléfico pós-Rio+20 – seria uma admissão de culpa sobre os reais impactos negativos que a revogação da lei traria para a biodiversidade brasileira; seria, ainda, uma tentativa de burlar a opinião pública brasileira e internacional. Entretanto, a tentativa de golpe para tentar pautar o projeto mesmo antes da Rio+20 ainda existe, o que redobra a necessidade de manter o estado de alerta e mobilização da sociedade pela campanha do **Veta, Dilma!**

Entre os dias 17 e 24 de abril o Comitê Brasil e as entidades de agricultores, pescadores, estudantes, bem como a população em geral, realizam uma série de manifestações, debates e atos públicos em todo o Brasil. No dia 22 de abril, a campanha do **Veta, Dilma** realiza o “Domingo do Veta, Dilma!” com manifestações em todas as capitais do Brasil, também uma referência ao Dia da Terra, atacada pelo projeto de reforma do Código Florestal. A mobilização da sociedade deverá seguir crescendo para evitar que o projeto seja votado durante 2012 ou 2013. Caso o projeto seja aprovado no Congresso, o que queremos evitar, a medida correta seria o veto integral pela presidente Dilma, seja veto à versão da câmara ou do senado. Por isso é fundamental que sigamos engajados na luta em defesa do Código Florestal e contra a reforma proposta. A luta ambiental também é a luta daqueles/as que questionam o modelo econômico nacional, é daqueles/as que propõem novos debates sobre o desenvolvimento nacional e que se engajam na construção de outro futuro para o planeta.

Kenzo Jucá é cientista social (UFPA), especialista em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental (CDS/UNB), e especialista em Políticas Públicas do WWF-Brasil.

Renata Albuquerque é cientista social (USP), mestranda em Ciências Sociais (CEPPAC/UNB) e militante do movimento Juntos!

O Eike Batista falou: A culpa é da vítima



Por **Léolince**

Sábado, 17 de março, por volta das 19,30h, um ciclista foi atropelado e morto no km 101 da rodovia que liga o Rio a Petrópolis. Segundo estatística da Polícia Rodoviária, trata-se de tragédia comum naquele trecho de estrada. Wanderson Pereira dos Santos, como tantos outros, “morreu na contramão atrapalhando o tráfego”.

Quando a rodovia despeja a velocidade de suas máquinas no pandemônio que caracteriza as cercanias das grandes cidades, o modo de vida dominante abre as comportas letais da violência embutida em seu cotidiano. São ocasiões, os sinistros, nas quais a morte passeia rindo uma das suas bocas mais vorazes.

O caso em pauta, portanto, é parte integrante do absurdo que vai se tornando emblema da barbárie que nos envolve. No entanto, o seu registro, tanto no noticiário quanto na consciência de quem o observa, será marcado por algumas particularidades. A razão é simples: envolve celebridades e, até por isso, exhibe um agregado de outras violências, também reveladoras de feições distintas da mesma barbárie.

O atropelador foi um garoto de 20 anos, Thor Batista, filho da mais controversa celebridade do atual momento brasileiro. Vinha de um almoço em restaurante de luxo no alto da serra, tarde inteira de confraternização com amigos da sua idade. Como o pai, apaixonado pela velocidade, pilotava com desenvoltura uma máquina poderosa: a Mercedes SLR MacLarem, 626 cavalos de potência, que acelera de 0 a 100 km/h em menos

de 4 segundos, chegando à velocidade máxima de 334km/h. Depois da descida da serra, na planura onde sempre se acelera, ele protagonizou a tragédia que pode lhe conceder o triste galardão do homicida.

O atropelado era um brasileiro comum, ajudante de caminhoneiro, 30 anos, morador nas redondezas da estrada. Segundo sua mãe de criação, ele construía uma casa a cinco minutos do local e sempre percorria aquele trecho de bicicleta. Vinha de uma mercearia, onde comprava ovos e leite condensado para fazer um pudim em comemoração ao aniversário da mulher. Voltava para casa, como estava habituado, pelas margens da rodovia e no sentido contrário ao dos carros. Morreu na hora e foi enterrado em cova rasa do cemitério de Xerém.

Passado o fato lutuoso, ao invés de guardar silêncio em respeito ao morto, o pai do atropelador resolveu disparar as matracas da arrogância. Declarou aos jornais que, ato contínuo ao desastre, ligou o seu “dispositivo pessoal de administração de crise”. Na certa, um batalhão de seguranças, assessores de imprensa, advogados e que tais, todos muito bem aparelhados para servir aos desígnios do chefe. O objetivo, além de tirar o filho da enclacrada, é construir para o episódio uma versão favorável à sua imagem pública de grande benfeitor.

Em entrevista exclusiva para a colunista Mônica Bergamo, na FSP da última terça-feira, a estratégia de combate está bem definida. A começar pela manchete em letras garrafais: “Imprudência de ciclista poderia ter matado meu filho, afirma Eike”. Declarou que seu filho não bebe, foi exemplar, estava na velocidade permitida, tomou as providências devidas, enfim, razão de orgulho: “os seguranças do Thor me contaram o que tinha acontecido em detalhes”. Esses mesmos seguranças é que devem ter tomados todas as

demais providências, inclusive as relacionadas com a perícia em tempo recorde e de resultados até agora não divulgados.

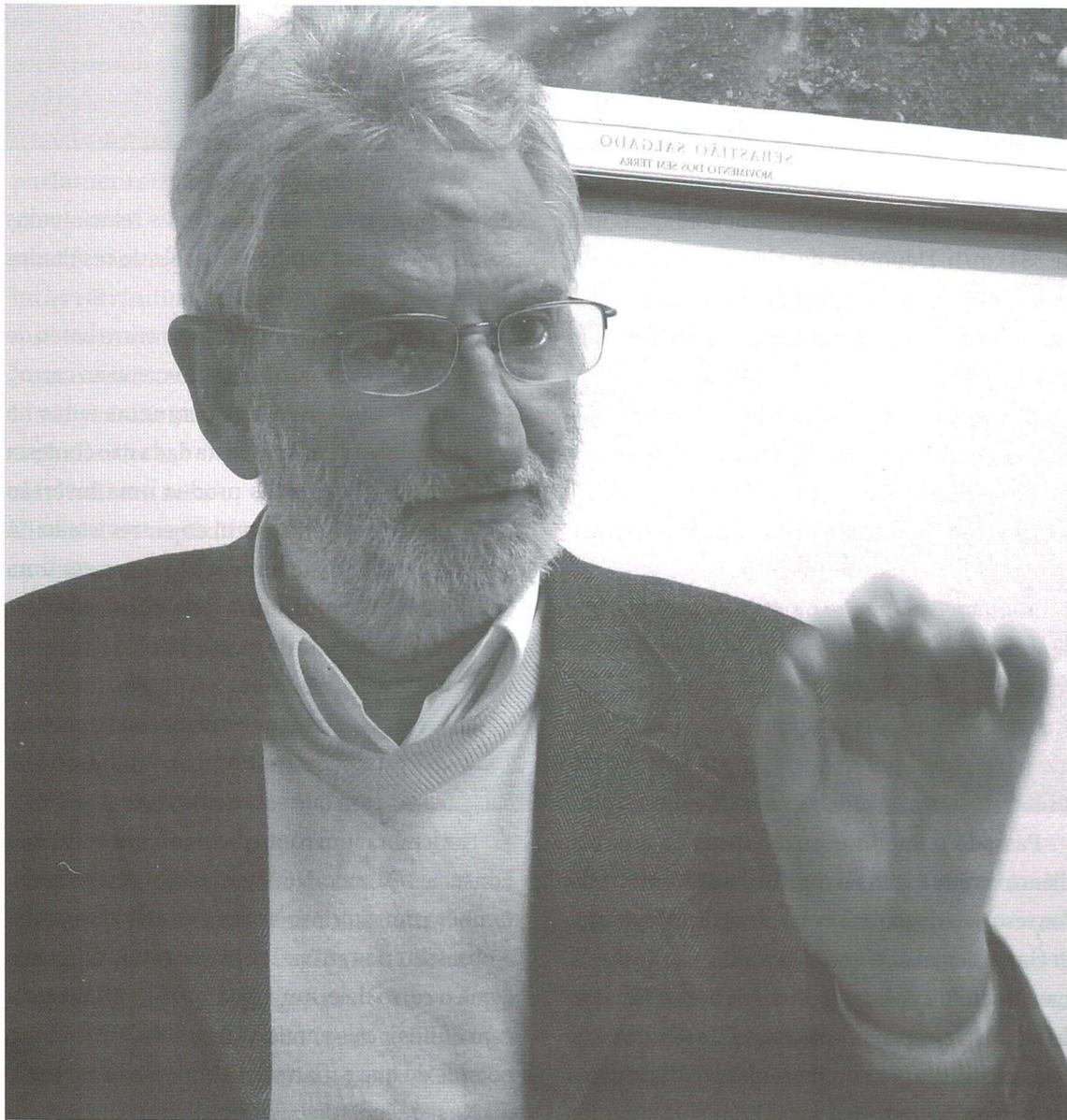
“A família (do morto) diz que o carro bateu de frente e que o coração do ciclista entrou no carro”, essa foi a mais terrível das perguntas feitas na entrevista em pauta. A resposta dada não contesta o que foi afirmado, mas produz uma inversão reveladora da miséria moral do entrevistado: “A pessoa, quando bate em você, é que nem uma bala de revólver que entra pelo carro adentro. (...) O Thor está cheio de vidro. O corpo da pessoa foi parar entre o meu filho e o amigo. O triste é que as pessoas acham que a arma letal é o carro. Acontece que o pedestre, no lugar errado, se torna a arma letal para que está dentro do carro”.

Faz lembrar um conto premonitório de Rubem Fonseca, “Passeio Noturno”, cujo personagem, também um vitorioso homem de negócios, tinha a obsessão por atropelar pedestres. A diferença é que o carro dele, um Jaguar preto, “ia de zero a cem quilômetros em nove segundos”. Era menos potente do que o martelo de Thor.

Na sequência do inquérito aberto para investigar o caso, o jovem atropelador, acompanhado de um batalhão de seguranças e advogados, prestou depoimentos e, de acordo com o planejado no “dispositivo de administração de crise”, jurou inocência. O noticiário da televisão destacou as declarações de Thor e de seus advogados. Os familiares e o advogado do morto, infelizmente, não puderam ser ouvidos. Pelo andar da carruagem, os jornais já noticiam que o filho de biliardário “pode nem ser indiciado no inquérito e o ciclista pode ser apontado como causador da própria morte”. O Eike Batista falou: culpa é da vítima.

Léo Lince é sociólogo e mestre em ciência política

“Temos uma proposta alternativa a tudo que está aí”



Por **Juliano Medeiros**

Ivan Valente participa das lutas populares desde as grandes mobilizações da juventude nos anos 60, quando foi dirigente do Centro Acadêmico da Escola de Engenharia Mauá. Como membro da geração que, em 1968, despertou para a militância política na resistência democrática à ditadura, foi perseguido, preso, torturado e condenado pelo regime militar. Ajudou a fundar o “Comitê Brasileiro pela Anistia/SP” e dirigiu o jornal socialista “Companheiro”.

Ainda na década de 1980, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores, sendo membro da sua Direção Nacional por 17 anos. Foi deputado estadual pelo PT por dois mandatos (1987/90 e 1991/94), quando foi considerado pelo movimento “Voto Consciente” um dos deputados mais ativos da Assembleia Legislativa de SP.

Ivan se destacou durante o Governo Lula no enfrentamento à política econômica herdada de FHC e aprofundada pelo PT. Em 2003, esteve à frente do Manifesto “Mudanças Já!”, com outros 29 parlamentares petistas, e, contra a posição do partido, se colocou na oposição à Reforma da Previdência, que retirou direitos dos trabalhadores em benefício dos Fundos de Pensão privados. Por isso, foi punido pela Direção Nacional do PT.

Em 2004, foi um dos organizadores do Seminário “Queremos um Outro Brasil”, que reuniu 15 deputados federais petistas em São Paulo e elaborou uma proposta alternativa à política econômica do governo, que não foi implementada pelo governo. Foi novamente punido pela Direção Nacional do PT quando se recusou a votar na proposta do governo Lula para o salário mínimo e votou por um aumento maior, que recuperasse as perdas dos anos FHC.

Realizado em dezembro do ano passado, o III Congresso Nacional do PSOL elegeu para sua presidência o Deputado Federal Ivan Valente. Do alto dos seus 65 anos, Ivan é um resistente. Em mais de quarenta anos de atividade política, sua luta por democracia e justiça social estão sempre na contramão do rolo compressor da conjuntura. No parlamento ou nas ruas, sua voz nunca se cala. Unindo a coerência de quem nunca recuou de suas convicções com a ousadia de quem não perde a esperança em um Brasil mais justo, foi um dos quinze deputados federais mais votados por São Paulo nas últimas eleições, com 189.014 votos. Também foi eleito um dos quatro melhores deputados do Brasil no último Prêmio Congresso em Foco e, em dezembro de 2011, assumiu a presidência nacional do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Em 2005, um novo Seminário em São Paulo lança o Bloco Parlamentar de Esquerda da bancada petista, criado para ser um contraponto às políticas neoliberais do governo. Em maio daquele ano, Ivan Valente assina o pedido de instalação da CPMI dos Correios, para investigar as denúncias de corrupção no órgão.

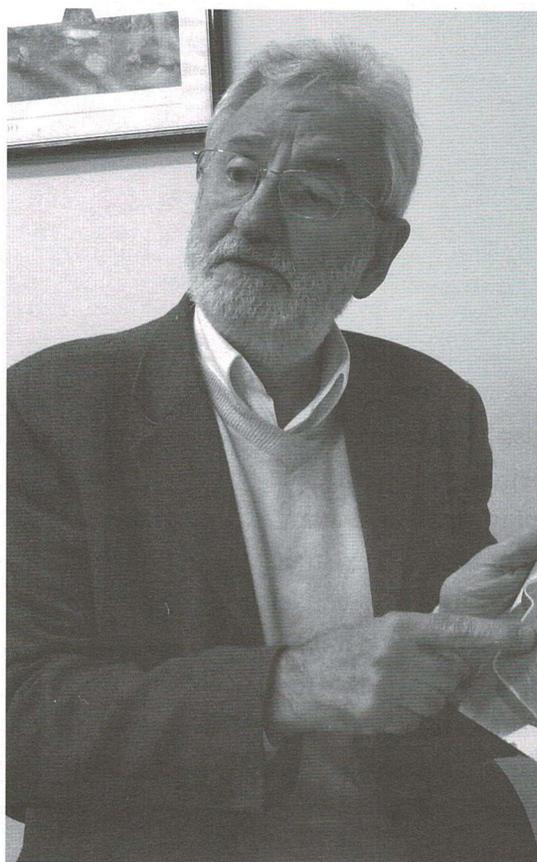
Com o PT acuado por denúncias contra seus dirigentes, Ivan Valente assume a candidatura a presidência estadual do PT de São Paulo, junto com Plínio de Arruda Sampaio para presidente nacional. Apesar do expressivo apoio obtido no Processo de Eleições Diretas, os votos não foram suficientes para derrotar o chamado Campo Majoritário do PT. Após um amplo debate com os apoiadores do mandato e com setores expressivos da esquerda socialista brasileira, Ivan Valente toma a decisão de sair do PT e ingressar no PSOL.

Nesta entrevista, o novo presidente do partido fala do governo Dilma, da luta ambiental, do PSOL e das perspectivas para as eleições municipais deste ano.

Socialismo e Liberdade – Privatizações, Fundo Privado para os servidores públicos, Lei Geral da Copa, prorrogação da DRU... Podemos dizer que o governo Dilma é ainda mais conservador que os dois governos de Lula?

Ivan Valente – O governo Dilma é uma continuidade da política neoliberal em nosso país. Ou seja, ela segue um receituário de política econômica em que os setores do capital financeiro são os maiores beneficiados, assim como os exportadores de *comodities*, que também têm sido bastante favorecidos. Ao mesmo tempo, se mantém políticas compensatórias, como aquelas herdadas do governo Lula, que tem grande apelo popular. Mas fica claro que não há uma diferença central entre os governos de Lula e Dilma, já que as privatizações continuam. Basta vermos a privatização das rodovias federais e, agora, dos aeroportos. Além disso, foi aprovada no Congresso a privatização da previdência dos servidores públicos, estabelecendo um teto e a criação

do maior fundo privado do país, o que certamente alegrou muito o mercado financeiro... Nessa mesma lógica, está o investimento nos chamados megaeventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Diante destes eventos, o país aliena sua soberania, se subordinando a interesses privados, como os que envolvem o acordo do governo brasileiro com a FIFA, votado numa Lei Geral, como se o Brasil não tivesse leis. Não fosse o compromisso do governo em viabilizar estes eventos, o país não precisaria se submeter a



essa lei nem a qualquer imposição estrangeira. Por isso, entendo que o Governo Dilma é a sequência de uma lógica conservadora, que se expressa, sobretudo, numa política econômica que não é capaz de alavancar o Brasil para o futuro, já que se continua gastando mais de R\$ 680 bilhões em juros e amortizações da dívida pública, o que representa 46% do orçamento do Estado brasileiro.

Socialismo e Liberdade – Em junho acontece a Rio+20 e, paralelamente, a Cúpula dos Povos. O PSOL tem se

destacado como o principal partido em oposição a medidas como a Usina de Belo Monte e a reforma do Código Florestal. Qual a importância da questão ambiental neste momento?

Ivan Valente – A questão ambiental, por conta das grandes obras contidas no PAC, como as usinas de Jirau e Santo Antônio, e particularmente, a usina de Belo Monte, ganharam uma dimensão central na disputa política nacional. O projeto do governo Dilma insere-se numa lógica supostamente “desenvolvimentista”, que facilita a vida das grandes empreiteiras brasileiras ao mesmo tempo em que prejudica os trabalhadores, como demonstram as greves da construção civil nessas usinas em resposta às condições degradantes a que estão submetidos os operários nas obras. Também a resistência dos movimentos sociais à usina de Belo Monte, maior empreendimento privado dos últimos tempos, segunda ou terceira maior usina do mundo, demonstram a centralidade da questão ambiental na luta de classes no Brasil. Belo Monte, por exemplo, será construída numa região de extrema importância, a Volta Grande do Xingu, que reúne uma riquíssima biodiversidade. A obra prejudicará populações ribeirinhas e comunidades indígenas, mostrando que a dinâmica deste suposto “desenvolvimento” não inclui a preservação, mas prima pela ocupação predatória do espaço em benefício do capital monopolista.

Na mesma direção está a reforma do Código Florestal. Tivemos um grande embate no Congresso Nacional que mostrou que por trás dessa disputa não esta a questão da produção rural, mas o confronto entre dois projetos de país, ou seja, que a questão envolve a política agrária, agrícola, o uso da biodiversidade brasileira (a maior do mundo), a água, a ocupação do solo, e também a política econômica, na medida em que coloca na ordem do dia o papel do Brasil no mundo: se o país deve ou não agregar valor a seus produtos, se deve aceitar a reprimarização da economia em benefício dos rentistas e latifundiários.

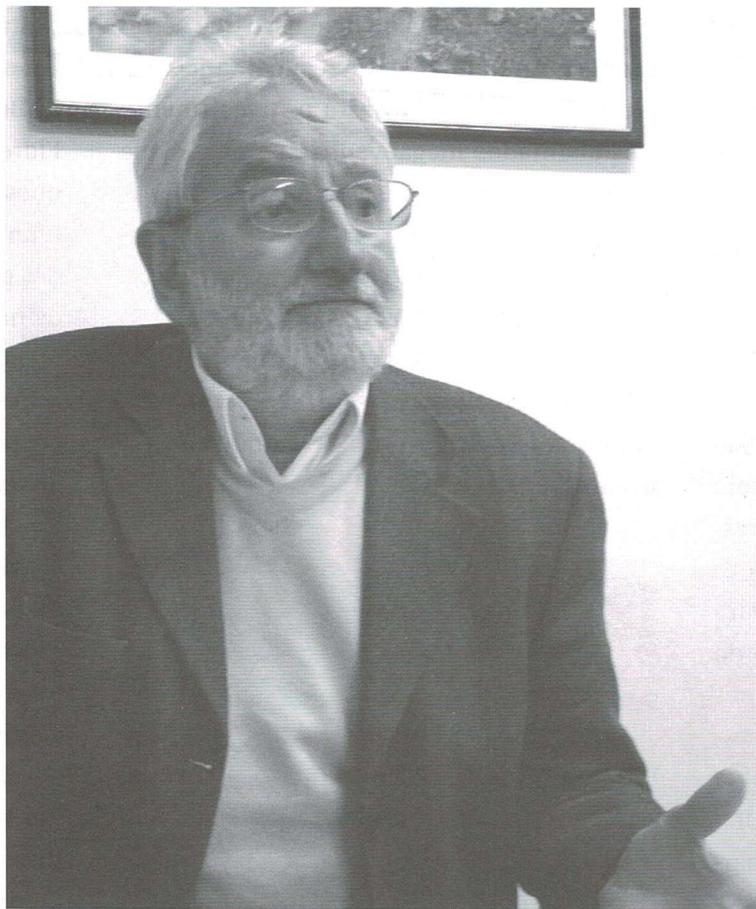
Tendo essa disputa como pano de fundo, os setores conservadores e o governo Dilma têm demonstrado que as mudanças previstas no Código Florestal, como a anistia ampla e geral aos desmatadores, a não recuperação das áreas desmatadas em propriedades de até quatro módulos fiscais, bem como a ameaça às áreas de preservação permanente – topos de morro, várzeas, beiras de rio, manguezais, etc. – são um ataque que tem origem no modelo de país que se está implementando à revelia dos interesses populares.

O mais curioso é que esses ataques sejam desferidos exatamente às vésperas da mais importante conferência ambiental dos últimos anos. O Brasil, assim, está numa encruzilhada. Isso porque não só vai sediar a Rio+20, como tem se comprometido com medidas positivas, como na Conferência de Copenhague, quando apoiou as medidas de redução das emissões de gases de efeito estufa; ao mesmo tempo em que está aprovando mudanças no Código Florestal que aumentam o desmatamento, que, como sabemos, favorece enormemente a emissão destes mesmos gases. Essa posição tira definitivamente o Brasil da vanguarda no combate às políticas dos países desenvolvidos.

Socialismo e Liberdade

– E porque isso aconteceu?

Ivan Valente – Os ruralistas ganharam um grande peso no governo. Para termos uma ideia, eles agora estão atentando contra as responsabilidades da União em demarcar e proteger áreas indígenas, legalizar áreas quilombolas e unidades de conservação. A Proposta de Emenda à Constituição, a PEC 215/2000, já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, propondo a transferência dessas atribuições ao Congresso Nacional, deixando ainda mais vulneráveis as comunidades quilombolas e povos indígenas.



Isso demonstra que os interesses dos madeireiros são prioridade, mesmo num país que foi incapaz de demarcar um terço das áreas indígenas que existem.

Esse retrocesso conservador tem origem no mito da “governabilidade”. No fim das contas, ficou claro quais interesses estavam por trás das mudanças previstas no Código Florestal e quem estava ao lado do meio ambiente e de um projeto independente de país.

Socialismo e Liberdade – A crise mundial tem exigido do governo medidas mais duras para manter o controle dos gastos públicos e controlar a inflação, permitindo que os banqueiros e rentistas sigam lucrando. Qual o papel da dívida pública neste processo?

Ivan Valente – A Dívida Pública brasileira é o nó da economia do país. Estamos com uma Dívida Pública mobiliária interna acima de R\$ 2,6 bilhões e uma externa (somatória das dívidas pública e privada) que ultrapassa 400 bilhões de dólares. Esse passivo corrói 46% do orçamento da República e é o responsável

pelo abandono das políticas públicas prioritárias, como educação, saúde, transporte coletivo de massas, moradia popular e infraestrutura. Essa é a grande contradição que envolve, por exemplo, o pagamento da dívida e a luta por 10% PIB para a educação; ou a regulamentação da Emenda Constitucional 29 para assegurar mais verbas para estados e municípios. Quando aprovada, a regulamentação foi feita de forma que não implicasse em aumento de investimentos. Agora, diante o debate do Plano Nacional de Educação, o governo defende metas de investimento que não exijam mudanças na atual política econômica.

Essa lógica de controle de gastos públicos vem do consenso de Washington, é uma fórmula antiga. Sabemos hoje, que não resolve: quanto mais se paga, mais se deve. É ilógico, mesmo do ponto de vista da gestão, que para

os ideólogos do sistema é sempre o problema central. E aí temos o exemplo grego. O governo lá está cortando salários, pensões e aposentadorias para economizar 13 bilhões de euros enquanto isso o BCE dá um trilhão de euros para os banqueiros. O que está acontecendo no Brasil, com o fim da aposentadoria integral dos servidores públicos vai exatamente nesta direção.

Socialismo e Liberdade – As recentes privatizações dos aeroportos também respondem a este objetivo?

Ivan Valente – Certamente. Em nome de uma suposta “eficiência”, de uma pretensa modernização, já que os aeroportos estariam defasados, entregam para a iniciativa privada os aeroportos mais lucrativos. Assim, acabam com o subsídio cruzado, onde os aeroportos mais lucrativos sustentavam os menos lucrativos. Foi assim no passado. É o mesmo alibi usado para privatizar a Embraer, Telebrás, etc. Isso mostra que a batalha contra o neoliberalismo continua mais central do que nunca.

Socialismo e Liberdade

– E a criação do FUNPRESP?

Ivan Valente – A mesma coisa. O Funpresp é uma resposta, no meio da crise, aos interesses do capital financeiro. Será o maior fundo privado do país, maior que PREVI, FUNCEF... Tudo em nome do combate ao “rombo da previdência”. Um engodo, já que a criação de um fundo nestes moldes aumenta as dificuldades fiscais da previdência num primeiro momento, porque muitos trabalhadores contribuiriam com menos de 11%.

Na verdade, o objetivo é rebaixar, nivelar por baixo. Quem quiser receber mais, que faça uma aposentadoria complementar. Tudo feito em nome da ideia de que a previdência é deficitária. Na verdade, o orçamento da seguridade é superavitário, isso já foi exaustivamente comprovado. Impostos como o COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), a CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e outros, como a própria CPMF, eram utilizados para outras finalidades, estrangulando o orçamento da previdência. Por isso fomos o único partido a votar contra a FUNPRESP, a Lei da Copa, o Código Florestal: porque não aceitamos as mentiras que o governo usa para atacar os trabalhadores. Somos hoje o único partido com vida institucional que tem realmente se mostrado como alternativa de esquerda.

Socialismo e Liberdade – Falando, então, do PSOL: por que ele é, em sua opinião, a melhor alternativa para unir aqueles que lutam contra as medidas que visam retirar direitos dos trabalhadores?

Ivan Valente – Primeiramente, porque temos deixado claro que temos uma proposta alternativa a tudo o que está aí. Somos um partido que luta em defesa dos direitos dos

trabalhadores, logo, contra os interesses do mercado. Organizar os trabalhadores é indispensável para fazer frente aos ataques do capital. Assumimos isso como uma tarefa do PSOL. Não estamos submetidos ao “senso comum” quem tem sido disseminado por



PT e PSDB. Entre eles, já sabemos, não há diferenças visíveis. E, entre as forças da esquerda socialista, o PSOL é o partido em melhores condições de fazer esta denúncia e propor uma alternativa de poder para os trabalhadores.

Isto é, além de uma opção ética, o que já é uma marca do PSOL, temos uma proposta alternativa de país e, ainda, acreditamos que o socialismo é a saída.

Socialismo e Liberdade – Como presidente do PSOL, quais as expectativas para as eleições municipais deste ano?

Ivan Valente – Antes de qualquer coisa é

preciso lembrar que o PSOL continua defendendo o financiamento público exclusivo de campanha. Encaramos o processo eleitoral como uma oportunidade de aumentar a influência da esquerda na institucionalidade, contribuindo com a luta popular. Mas isso

não será feito de forma eficiente se não exigirmos mudanças nas regras do jogo. Nesse caso, o financiamento público de campanha é decisivo para combater a corrupção. Por isso o PSOL não vive de contribuições empresariais e por isso não aceitaremos recursos privados dessas fontes. Financiamento privado leva à dependência, ao “rabo preso”, acaba com nossa autonomia. Defendemos a reforma política e, nela, o financiamento público para as campanhas eleitorais.

Além disso, nessas eleições o PSOL defenderá as principais bandeiras que podem contribuir com a elevação da consciência e da organização dos trabalhadores, como, por exemplo, a denúncia dos quase R\$ 700 bilhões destinados aos juros e que inviabilizam as políticas sociais. Enfim, o PSOL buscará nestas eleições firmar-se com um partido sério, respeitável, mas também programático e ideológico. Podemos ter um bom desempenho em várias capitais,

mesmo onde não somos tão competitivos. E há aquelas onde o PSOL tem se firmado como alternativa real, como é o caso de Belém, Macapá, Rio de Janeiro, Goiânia e Fortaleza. Além das disputas majoritárias, esperamos ainda dar um salto de qualidade na eleição de vereadores. Eleger parlamentares comprometidos com o povo ajuda o PSOL a se consolidar e cria referências institucionais para a luta popular em dezenas e talvez centenas de cidades brasileiras, o que hoje é indispensável para melhorar nossas condições de luta.

Juliano Medeiros é membro da Fundação Lauro Campos e da Direção Nacional do PSOL

Com o aval do Supremo

O debate sobre a abrangência da Lei da Anistia tem sido marcado por desinformação e por bobagens – ditas inclusive por integrantes do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento da interpretação da Lei da Anistia, em abril de 2010. De lá até hoje repete-se à exaustão que a lei aprovada protegia assassinos, torturadores e estupradores de presos políticos – algo que não é verdade.

Por **Cid Benjamin**

Vamos aos fatos

Como resultado da convergência entre a pressão popular pela democracia e o processo de abertura do regime militar, a Lei da Anistia foi votada em meados de 1979.

O projeto aprovado não era o da oposição, nem teve seus votos. O então MDB, a OAB, a ABI e os vários comitês de anistia tinham uma proposta diferente. Como a ditadura contava com maioria no Congresso (em parte por conta das cassações de mandatos), seu projeto acabou aprovado. Mas foi um placar apertado: 206 a 201 votos.

Aqui cai, então, uma primeira mentira. Fica claro que a Lei da Anistia não foi fruto de um acordão entre ditadura e oposição.

Qual a diferença básica entre os projetos de cada lado?

A oposição queria uma anistia ampla, geral e irrestrita. No jargão da época isso significava que não haveria discriminação entre os acusados e condenados por participar de ações armadas contra o regime e os demais presos e perseguidos políticos.

Já o projeto da ditadura excluía os participantes do que ela chamava de “crimes de sangue” – entendidos como ações em que tivesse havido feridos ou mortos. Tendo sido aprovada a proposta dos militares, a anistia não beneficiou certo número de presos ou exilados. Estes foram libertados ou puderam



voltar ao país devido à redução de suas penas, o que foi possível pela revisão da Lei de Segurança Nacional.

Posteriormente, a ditadura e seus defensores utilizaram a expressão “crimes conexos aos crimes políticos”, constante do projeto aprovado, para tentar estender a anistia aos integrantes do aparato repressivo.

Ora, qualquer jurista bem-intencionado demonstrará, com facilidade, que esse artifício é um descalabro. Crime conexo é

quando alguém comete um crime menor para viabilizar outro, maior. Por exemplo, falsifica documentos para cometer outro tipo de crime. Ou rouba um carro para usar num assalto a banco. A punição é pelo crime “maior”. E o que a Lei da Anistia queria dizer ao lembrar os “crimes conexos” é que eles também estavam abrangidos pelo texto aprovado.

Considerar que torturas, estupros e assassinatos de acusados de delitos políticos



Moana Mayall

Tarde de quinta-feira, 29 de março de 2012. Em frente ao Clube Militar, na Cinelândia, centro do Rio, manifestantes promovem escracho de assassinos e torturadores lá reunidos para “comemorar” o vergonhoso golpe militar de 1964, quando bandidos fardados rasgaram a Constituição e instauraram uma ditadura sanguinária que infelicitou a nação por mais de duas décadas. Os manifestantes foram reprimidos pela polícia. À noite, no mesmo local, o escracho volta à carga, dessa feita com a projeção do espectro do martírio de Vladimir Herzog sobre a fachada do Clube Militar.

seriam “crimes conexos” é uma interpretação de fazer corar qualquer magistrado que se preze.

Mas não se tem notícia de qualquer ministro do Supremo que tenha se envergonhado de aceitá-la.

E há algo ainda mais grave.

Ainda que se aceitasse esta interpretação absurda sobre os “crimes conexos”, fica uma pergunta: torturas e assassinatos não seriam o que os militares chamaram de “crimes

de sangue”? Não estariam, portanto, fora da abrangência da anistia, assim como os “crimes de sangue” cometidos por opositores da ditadura estiveram?

Esquecer isso é tão absurdo como reescrever a história de forma mentirosa e afirmar hoje que a consigna “anistia ampla, geral e irrestrita” tinha como objetivo proteger torturadores e assassinos.

Francamente, duvido que os argumentos apresentados acima sejam novidade para o

ministro Eros Grau – relator na ação da OAB ajuizada no STF – e seus pares.

O que houve foi, simplesmente, um julgamento político. As questões jurídicas foram deixadas de lado.

E, mais uma vez, 28 anos depois do fim da ditadura, ficou demonstrado que os militares ainda têm poder de veto sobre certas questões.

Com a aquiescência do Supremo.

Cid Benjamin é jornalista

Retorno àqueles dias “mal-ditos”

Por Jean Wyllys

Eu nasci em 1974, quando o Brasil estava sob a ditadura do general Ernesto Geisel. Nasci na periferia miserável de Alagoinhas, cidade do interior da Bahia.

Quando me entendi por gente, lá pelos anos 1980, a ditadura ainda vigorava, mas lá, por aquelas bandas, não se fala em ditadura. Meus pais, meus tios e meus vizinhos – aquelas pessoas pobres em luta apenas pelo pão de cada dia – não falavam em ditadura.

E aquele comunicado da censura oficial que antecipava cada programa de tevê que eu via pela janela do único vizinho com aparelho em casa, aquele comunicado nada significava além de um alerta inócuo para mim e para os demais.

Só anos depois, já no final do ensino fundamental, pude perceber, pelos livros da biblioteca da casa paroquial (“Brasil: nunca mais”, o principal deles) que nós fazíamos parte da pátria mãe que dormia distraída enquanto era subtraída em “tenebrosas transações”, para citar Chico Buarque.

Aliás, por falar em Chico Buarque, a trilha sonora oficial daqueles “anos de chumbo” – que inclui, além de Buarque, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Caetano Veloso, Gal Costa, Torquato Neto, Elis Regina e etc. – não era ouvida naquelas bandas.

O que se tocava nas poucas radiolas, autofalantes da “feira do pau” e na Rádio Emissora de Alagoinhas, eram artistas como Nelson Ned, Odair José, Agnaldo Timóteo, Paulo Sérgio, Cláudia Barroso, Waldick Soriano e Fernando Mendes, além, claro, de Roberto Carlos.

As verdades da ditadura – a censura, os conflitos, as torturas, os assassinatos, os exílios – não chegavam até nós, da mesma maneira que nossa verdade naqueles anos era – e é – ignorada pelos envolvidos na resistência à ditadura e responsável em parte pela construção da memória daquele período.

A memória é uma construção social e, sendo assim, pode cristalizar determinados aspectos de um tempo, em detrimento de outros que poderiam e podem ser muito importantes para se pensar o quadro político-social vigente naqueles anos (afinal, a visão

As verdades da ditadura – a censura, os conflitos, as torturas, os assassinatos, os exílios – não chegavam até nós [...]

de mundo das camadas populares, colocadas à margem do centro de decisão política, deve ter algo a nos dizer sobre a ditadura: elas não sabiam ou não queriam saber, ou tinham medo de saber ou eram simplesmente ignoradas em sua invisibilidade e subalternidade? Sabemos hoje que, durante a ditadura, o perigo rondava o conhecimento, e que, por isso, muitos oscilavam entre saber e esquecer).

Ora, o historiador francês Jacques Le Goff, afirma que é preciso interrogar-se sobre os esquecimentos. “Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos”.

Até onde se sabe, não existem documentos que recupere a memória do tratamento que os líderes dos movimentos revolucionários davam aos homossexuais (em especial às mulheres lésbicas) seja em seus “aparelhos”, seja nas prisões. Sendo assim, devemos trabalhar a partir dessa ausência e do silêncio sobre em torno desse assunto. Há muito para se dizer sobre aqueles dias “mal-ditos”.

A eleição da presidenta Dilma Rousseff – ela mesma uma vítima direta dos crimes da ditadura militar e agente da resistência ao terrorismo de estado praticado naqueles anos – abre um capítulo para a memória, que não consiste apenas em estabelecer uma verdade historiográfica daqueles crimes.

Tanto a verdade historiográfica quanto a temporada de julgamos que esperamos que se suceda à historiografia pressupõem uma construção de significados em um prazo longo (e não podemos ser ingênuos em acreditar que essa construção não resultará em conflito ideológico e de valor – vejam, por exemplos, a tagarelice do deputado e ex-militar Jair Bolsonaro, defendendo que se gozava de liberdade no período da ditadura; a ação de militares contra uma recente novela do SBT que tratou superficialmente daqueles dias “mal-ditos”; e o manifesto contrário à Comissão Nacional da Verdade assinado por mais de cem militares da reserva e seguido pela arrogante declaração do secretário-geral do Exército questionando a veracidade das torturas de que foi vítima a presidenta Dilma).

A verdade – ou verdades – sobre os porões de tortura, vãos da morte, assassinatos, sequestros, a desumanidade dos métodos

... a utopia de tudo saber a respeito daquelas páginas infelizes de nossa história deve servir como um programa, um horizonte e uma advertência para o futuro.

dos repressores para conter a resistência é certamente terrível, sobretudo para quem sobreviveu aos fatos. Mas é necessária. Eu tenho direito a ela! Minha geração e as que vieram depois têm direito a ela!

A Comissão da Verdade, liberada do imediatismo dos fatos, poderá nos oferecer uma narrativa não unificadora, porque esta não seria desejável. Esperamos que todos os que escreveram aquelas páginas infelizes e sobreviveram a esse ponto de resgatá-las sejam ouvidos pela Comissão da Verdade.

Por isso, para garantir a lisura dos trabalhos da mesma e auxiliá-la ao mesmo tempo, um grupo de deputados da Comissão de



Direitos Humanos e Minorias da Câmara – do qual faço parte – decidiu instituir uma Subcomissão Parlamentar da Memória, Verdade e Justiça que conta com a coordenação da deputada Luiza Erundina. Assim que se noticiou a existência dessa subcomissão, chegou, ao meu gabinete, um exemplar do calhamaço “A verdade sufocada – a história

que a esquerda não quer que o Brasil conheça”, escrito pelo coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra.

E eu já o li (criticamente, claro). Sabemos que tanto a Comissão Nacional da Verdade quanto a nossa subcomissão parlamentar não poderão reconstruir tudo, mas a utopia de tudo saber a respeito daquelas páginas

infelizes de nossa história deve servir como um programa, um horizonte e uma advertência para o futuro.

Jean Wyllys, jornalista e linguista, é deputado federal pelo PSOL-RJ e integrante da frente parlamentar em defesa dos direitos LGBT

Deuses, titãs e homens: a luta por outro futuro na Grécia

Por **Thiago Aguiar**

Enviado pelo movimento de juventude Juntos! à Grécia entre fevereiro e março, pude travar contato com diversas organizações e lutadores daquele país. Foram semanas de aprendizagem intensa sobre os desdobramentos da crise econômica e as respostas que o movimento de massas tem desenvolvido. Desde o princípio, a famosa hospitalidade grega chamou-me a atenção intensamente. Mesmo em tempos de crise, as pessoas não hesitam em conversar, tocar, dispor de alguns minutos de sua atenção e gentileza. Os gregos são um povo definitivamente receptivo. E nisso se parecem muito com os latino-americanos. Mas as semelhanças não ficam aí.

Convidado para um almoço por um companheiro grego, tive a oportunidade de desfrutar de uma típica refeição do país. Comi carne de cabra com batatas, acompanhado por azeite e vinho do Mediterrâneo. Ao final, o garçom, notando que eu era estrangeiro, ofereceu-nos sem cobrar uma sobremesa de nozes, conhaque e mel. O tempero daquela tarde, no entanto, foi uma interessante conversa sobre os rumos do movimento na Grécia. Com uma inspiração helênica, o camarada pretendia me explicar o que está passando no país: “na mitologia, houve uma época de grande conflito entre os deuses e titãs. Os titãs eram odiados porque comiam

os seus filhos caso eles pudessem tornar-se alguma ameaça aos pais. Os deuses, quando venceram o conflito, prometeram que nunca comeriam seus filhos, os homens. Mas eles, contudo, não disseram que iriam controlá-los. Para mim, os titãs são essa face demoníaca do capitalismo, que agora assistimos ao FMI praticar em nosso país. Mas a diferença disso para o deus capitalismo é muito pequena, apenas de grau. Nós precisamos que os homens se libertem. Precisamos do socialismo!”

Um país em crise

É impossível chegar à Grécia sem notar a crise econômica. Ela é um fantasma que intermitentemente persegue essa sociedade. Nos noticiários, a crise está presente em quase todas as reportagens. Quando não se trata de números ou de política, as menções são de outra natureza: um psiquiatra trata dos números explosivos de casos de suicídios no país e da irracionalidade da política. Aposentados ocupam um edifício público de uma cidade do interior e apelam auxílio às autoridades municipais para que não permitam o encolhimento de suas aposentadorias em 40%. No centro de uma pequena cidade, agricultores decidem entregar 3 quilos de batatas para quem os peça – e são muitos que o fazem –, já que não vale a pena vender a produção pelos atuais preços. Fome é uma palavra que aos poucos volta ao vocabulário do país.

A imprensa, na verdade, parece estimular um clima de desespero na população. Irmão siamês da conservação, o desespero do povo parece ser um dos últimos aliados do regime. O outrora poderoso PASOK (partido social-democrata, que governou o país até novembro

de 2011 e que agora apóia o governo títere de Papademos), no período posterior à ditadura dos coronéis, havia vencido 5 eleições, passando cerca de 23 anos no poder. Em 2009, foi eleito com 45% dos votos. Porém, após ter sido parte da implementação dos planos de ajuste que abriram espaço para as privatizações, o fim dos subsídios à saúde, o corte das aposentadorias em quase 50% e do salário mínimo de 800 para 489 euros (os jovens receberão ainda menos, cerca de 300 euros), o partido foi à falência. Nas pesquisas de intenção de voto para as próximas eleições, somente 8% dos entrevistados dizem apoiá-lo.

A Troika (FMI, BCE e UE) também decidiu fazer o serviço por sua própria conta. Chutou Papandreu, ex-primeiro-ministro do PASOK, e impôs – sem nenhuma eleição e ilegalmente – Lucas Papademos, um obscuro banqueiro sem nenhuma participação na política até então, como o novo primeiro-ministro, o homem de confiança na implementação do segundo plano de ajuste aprovado em 12 de fevereiro com os votos do PASOK e dos partidos conservadores. Nas intenções de voto, também chama a atenção o fato de um partido neonazista estar perto da barreira de 3% que permite eleger deputados. Parece já ser possível colher algo do que planta o desespero.

No entanto, o que caracteriza esse período é a forte resistência popular e a referência crescente adquirida pelos partidos de esquerda. No mesmo 12/02, enquanto os deputados gregos pretendiam com uma canetada sepultar o destino de gerações de gregos, cerca de 1 milhão de pessoas entravam em um forte conflito com a polícia exigindo a queda do governo e o fim dos planos de ajuste. Nas pesquisas

de intenção de voto, a coalizão da esquerda radical Syriza aparece com 14% e o Partido Comunista com 13%.

Uma Grécia latino-americana?

O que está acontecendo na Grécia é uma espécie de laboratório europeu sobre como lidar com a crise que assola o continente. A saída que a Troika aponta é simplesmente mais do mesmo: aprofundamento brutal das políticas neoliberais e uma reestruturação econômica, produtiva, social e geográfica que permita o retorno da acumulação de capitais e da competitividade do imperialismo franco-alemão. Para isso, é necessário transformar a periferia da Eurozona num deserto, submetendo-a politicamente, achatando na marra os salários, destruindo direitos historicamente conquistados e aumentando a competição entre os trabalhadores. Ao Estado, cabe desmontar os serviços públicos e concentrar as energias governamentais numa “disciplina fiscal” que permita pagar religiosamente os credores estrangeiros.

Em seu momento, esse tipo de pressão também foi semelhante à que se adotou – e muito se segue adotando – na América Latina durante os últimos 30 anos. O empobrecimento acelerado e a olhos vistos, a pilhagem pura e simples das empresas estatais e a submissão política de uma nação orgulhosa de suas batalhas pela independência e soberania ao longo da história fazem com que os gregos sintam que, cada vez mais, não apenas culturalmente, se aproximam da América Latina. Se por um lado é possível ver semelhanças desse ponto de vista, também é possível comparar a luta dos gregos com a série de lutas que os latino-americanos protagonizaram em resistência ao neoliberalismo. A diferença é que os gregos, agora, estão no centro dos acontecimentos de uma nova situação mundial, em que os tempos se concentram e horas talvez decidam o percurso dos acontecimentos por muitos anos. Nesse pequeno país de 11 milhões de habitantes, nos últimos tempos, está o centro da luta de classes mundial. Pela trajetória de luta dos gregos, a Troika sabe que vencer aqui é um

passo fundamental para vencer em Portugal, na Itália, na Espanha ou na Irlanda. Passos semelhantes, nestes países, vêm sendo dados.

A ditadura dos mercados no país da ágora Um dos aspectos mais chocantes da política da Troika para a Grécia é a completa submissão política que impõe ao país. “Somos uma colônia!”, afirmava em letras garrafais a capa de um jornal ateniense. Após a renúncia de Papandreus em novembro, eleições deveriam ter sido convocadas. Mas não foram. Impôs-se, de Bruxelas, um novo chefe de governo, responsável por um dos mais brutais ataques ao nível de vida de um povo, de maneira ilegal e ilegítima. O deus vai aparecendo claramente como titã.

Na Grécia, então, antes de qualquer coisa, as pessoas têm exigido democracia e a queda do governo ilegal. E a primeira coisa que associam à democracia são eleições. Ocorre que a democracia burguesa já se choca a tal ponto com os interesses do capital financeiro internacional que não é possível tolerá-la. Quando da posse ilegal de Papademos, um acordo previa eleições para 12 de fevereiro. Estas, no entanto, vêm sendo constantemente adiadas desde então. A nova data fixada é o fim de abril, mas ninguém sabe ao certo se de fato acontecerão.

As perspectivas de um forte crescimento da esquerda e de decadência dos velhos partidos fazem com que os banqueiros europeus pensem mil vezes antes de aceitar qualquer eleição. Circula entre a esquerda a notícia de que os conservadores e a Troika pretendem, caso ocorram as eleições, anunciar a incapacidade do país para pagar os aposentados e dizer que só com um novo empréstimo tal seria possível, algo que somente os conservadores – e não a esquerda – poderiam negociar com o FMI. Lançando dúvidas e apostando na confusão e no desespero, a direita pretende agarrar-se ao poder e salvar o regime de uma bancarrota já inevitável.

Os homens e seu tempo: reconstruir a ágora para libertar-se do Olimpo capitalista

A situação a que chegou a Grécia demonstra a necessidade premente de uma democracia real, construída pelo povo para reorganizar

a economia, criar novas instituições para o país e salvar as novas gerações de gregos da ruína. Para isso, fortalecer um pólo robusto da esquerda, uma real alternativa socialista, que construa o movimento e ajude a canalizar suas demandas e, ao mesmo tempo, exija eleições polarizando-as é a grande tarefa que os lutadores gregos têm pela frente. É necessário formular uma plataforma transitória que permita satisfazer as necessidades imediatas da população ao mesmo tempo em que pressione o sistema financeiro internacional.

A necessidade disso é tão grande quanto urgente. O movimento, que deu mostras de vigor, pode desgastar-se com o desespero de uma situação que piora a cada dia e com um conflito no qual não é possível perceber uma saída política. Para dar passos nesse sentido, a esquerda radical Syriza tem insistentemente apelado à criação de uma frente no movimento e na eleição com o Partido Comunista a partir de algumas tarefas necessárias para fazer frente à ditadura dos mercados e aos planos de ajuste. Não apenas as forças políticas, mas muita gente com quem se conversa por aqui fala da necessidade de um enfrentamento único à Troika e ao governo de Papademos. O PC grego, por sua vez, tem adotado uma postura autocentrada, rechaçando até o momento a construção de uma frente desse tipo. Infelizmente, no entanto, numa situação como a que se vive aqui o tempo pode não ser um aliado.

A luta dos gregos tem demonstrado que o povo que transmitiu à humanidade uma parte fundamental de seu pensamento político pode mais uma vez nos ensinar. Seu legado, dessa vez, pode ser a afirmação de uma democracia real, construída pelos de baixo e que reorganize uma sociedade em crise – agora devorada por titãs neoliberais e deuses financeiros – para satisfazer às necessidades e possibilidades de sua gente. Construir outro futuro já não se trata de especulação ou de um tempo mítico. Trata-se dos homens, do hoje e do agora.

Thiago Aguiar, mestrando em Sociologia pela USP, é diretor de Relações Internacionais da UNE, militante do PSOL-SP e da juventude Juntos!.

Brecha na trincheira copta

Desaparecimento do papa Shenouda III ocorre num momento particularmente difícil para a minoria religiosa cristã egípcia

Por **Aldo Cordeiro Sauda**

Das catracas do metrô de Demerdash até os portões da catedral copta do Cairo, não havia espaço suficiente. Espaço algum. A massa de fiéis da maior comunidade cristã do Oriente Médio acabou obrigada a chorar a morte de seu papa ao lado de fora do velório. Três morreram pisoteados, centenas ficaram feridos. Em meio ao calor, desmaios repentinos, principalmente entre mulheres mais velhas, tornaram-se fato corriqueiro. Não que elas caíssem, pois afinal era impossível enxergar o chão. Mantidas em pé pela densidade da massa compacta, as senhoras, vestidas de preto, eram aspergidas com água e acudidas em desespero por seus pares. Muito provavelmente as cenas carregavam algum grau de encenação, porém eram prova incontestável da devoção pelo homem que por mais de 40 anos dirigiu a principal igreja cristã do Egito. Nasser Nasser/AP

Religiosos coptas prestam homenagem final ao papa Shenouda III, cujo corpo foi exposto em Cairo

A jornada para pedir a derradeira bênção ao papa Shenouda III embalsamado e exposto por quatro dias em seu trono combinava suplício religioso e curiosidade histórica, apimentada com certa dose de morbidade. Atravessar os estreitos portões da catedral, superar as barreiras militares e conseguir, de alguma forma, ganhar as escadarias que davam acesso ao pátio da igreja não era tarefa para homens de pouca fé. Assim mesmo, até entre os que atingiram as portas da catedral, quase nenhum entrou para assistir à missa.

O acesso ao interior da Catedral Copta Ortodoxa de São Marcos, a maior do país, foi em boa parte restrito a uma lista vip

de personalidades cristãs e muçulmanas. Oficiais do Vaticano, embaixadores, representantes do clero islâmico e oficiais do governo receberam prioridade de acesso à missa fúnebre. Respeitando a hierarquia, os fiéis que conseguiram batalhar suas posições até a entrada da igreja curiosamente se limitaram àquele espaço. O empurra-empurra, até então a única atividade possível em meio ao caos, foi substituído pelo cantar pacífico e apaixonado de hinos religiosos.

A morte de Shenouda vem em um momento particularmente difícil para os coptas no Egito. Em meio ao chamado “inverno islâmico”, aparente herdeiro da Primavera Árabe, o futuro da comunidade parece cada vez mais intrincado. São crescentes os chamados, principalmente pelos ultraortodoxos salafistas, escola islâmica que defende uma interpretação rigorosamente literal do Alcorão, por uma redução ainda maior do direito dos coptas no país. A islamização da sociedade, principal ameaça à minoria que representa por volta de 10% da população, pode agravar ainda mais a exclusão dos cristãos dos espaços públicos nacionais.

Desprovida de uma liderança laica ou de partidos políticos, a comunidade viu sua fragilidade político-institucional se acentuar nas últimas eleições parlamentares, na qual elegeu apenas 8 dos 508 deputados do Congresso. Do outro lado, os islamistas, divididos entre a irmandade e os salafistas, conseguiram mais de 70% do Parlamento.

‘Quem vai nos proteger?’

As incertezas diante do futuro eram um dos grandes temas do funeral. “Perdemos nosso grande guia, bem agora, no meio deste caos que virou o Egito. Oh, Deus, quem vai nos proteger?”, perguntava, aos prantos, Mariam Bassiuni, uma das inúmeras fiéis

que carregavam consigo um enorme pôster do papa, beijado seguidamente, entre soluços e lágrimas. Assim como muitos ali presentes, a devota viajou horas, da distante Assuã, para despedir-se do patriarca.

Foi exatamente a resistência ao temido processo de islamização que moldou o papado de Shenouda III. Sua chegada ao cargo máximo da igreja, em 1971, ocorreu em meio a uma reinvenção da identidade nacional. Em quatro décadas, Shenouda testemunhou a transformação do Egito de um país essencialmente pan-arabista em uma nação fortemente identificada com o Islã.

Curiosamente, Shenouda tomou posse na mesma época que o general Anwar Sadat assumiu a presidência. Sadat, diferentemente do seu antecessor, Gamal Abdel Nasser, teve seu regime marcado por conflitos constantes com o papa copta. Enquanto Nasser buscava explicitar sua amizade com a hierarquia da igreja, o novo presidente em momento algum disfarçou seu desdém pela minoria cristã.

Quando o então presidente, coerente com sua visão política, transformou a jurisprudência islâmica na principal fonte de legislação, a voz divergente de Shenouda destacou-se em meio ao silêncio da ditadura militar. A partir de então, os contornos da relação do Estado egípcio com a igreja copta nunca mais seriam os mesmos.

Os confrontos de Shenouda com o presidente atingiram até mesmo os debates de política externa. Consolidando sua identidade nacionalista e pan-arabista, o papa copta se opôs publicamente ao acordo de paz entre o Egito e Israel. Ao ser convidado por Sadat para a célebre viagem do presidente a Jerusalém, Shenouda respondeu que apenas o faria “de braços dados com todos os meus irmãos

árabes e muçulmanos”. Logo em seguida, o papa proibiu qualquer cristão egípcio de peregrinações à Terra Santa enquanto a mesma estivesse sob controle israelense.

As posições de Shenouda frente a Israel ajudam a explicar a pequena, porém simbólica presença de muçulmanos no seu funeral. “Shenouda era um lutador egípcio, por isso todos o amamos”, afirmava Ahmad Farky diante da Catedral de São Marcos. “Sua defesa de Jerusalém representou o povo egípcio, e não esse ou aquele grupo religioso” dizia. Em um país onde a identidade nacionalista ainda goza de amplo apelo entre todas as comunidades, Shenouda soube inteligentemente consolidar-se como uma figura nacional, colocando-se acima de recortes sectários.

Apesar de sua popularidade, a posição política de Shenouda diante de Sadat logo se tornou insustentável, resultando no seu aprisionamento pelas forças do Estado. Isolado no convento de Wadi el-Natroun e proibido de deixar o espaço, Shenouda apenas foi solto após a morte de Sadat. Ironicamente, o “Presidente Fiel”, como Sadat gostava de ser conhecido, caiu vítima de um atentado terrorista levado a cabo pelos islamistas que ele próprio havia fortalecido.

Com a morte de Sadat e a vinda de Hosni Mubarak, que após assumir o governo libertou o papa de seu cativeiro, Shenouda remodelou drasticamente seu posicionamento frente ao Estado. De opositor do regime, tornou-se fiel aliado. Sua adesão a Mubarak chegou a ponto de o pontífice defender, em meados de 2010, a nomeação de Gamal Mubarak, filho do presidente, para o cargo mais alto da república.

Shenouda passou a evitar confrontos com o Estado, mas, ao mesmo tempo, soube montar uma ampla rede de assistência a seu rebanho. Construiu hospitais, escolas e seminários, edificando aquilo descrito por muitos como um Estado dentro de um Estado. Se a sociedade egípcia se islamizava de um lado, ele buscou aproximar os coptas entre eles, levando-os para seu crescente isolamento do restante da sociedade.



Quando radicais islâmicos, a partir dos últimos anos de Mubarak, atacaram e incendiaram igrejas, Shenouda movimentou-se para impedir reações públicas da sua comunidade, convocada a rezar e jejuar. Com isso, conseguiu impedir de forma prudente escaladas de conflitos sectários.

Apesar de reforçar o caráter nacional e egípcio de sua igreja, o papado de Shenouda também teve uma forte atuação internacionalista. Empreendedor, o líder religioso expandiu a igreja copta mundo afora. Chegou até mesmo às terras verde-amarelas, onde o papa, em 2006, consagrou o templo copta construído no bairro paulista do Jabaquara.

Conservador, quando milhares de egípcios, cristãos e muçulmanos tomaram as ruas do Cairo exigindo a queda de Hosni Mubarak, Shenouda declarou que a ação ia contra a religião cristã. Mobilizando o clero contra a revolução, o papa, já com 87 anos, passou a ser visto com suspeita por diversos jovens coptas.

E no dia em que 27 manifestantes, cristãos em sua maioria, foram massacrados por forças do Exército ao protestarem contra as discriminações que vinham sofrendo, Shenouda

manteve-se silencioso. Buscando conciliar a comunidade com a junta militar que governa o país, o papa pediu para seu rebanho abster-se de criticar o Exército, focando suas energias apenas em orações.

‘Politicamente, ele foi um desastre’

“Em termos religiosos Shenouda foi um homem bom, mas politicamente foi um desastre” afirma o ativista Mina Naguib. Titular de uma badalada conta no Twitter, o jovem copta descreve o papa como “governista” e “pró-Mubarak”. “Ele isolou os coptas do resto da sociedade e politizou a igreja” alega.

O balanço negativo do papado é parcialmente amenizado por ativistas menos seculares e mais próximos da igreja. Bishoi Temer, dirigente do grupo União da Juventude de Maspuro, principal agrupamento de jovens cristãos que subsiste do lado de fora da hierarquia da igreja, vê em Shenouda uma figura cuja preocupação central girava em torno da unidade dos coptas. “Quando alguns padres se juntaram à Juventude de Maspuro, protestando contra o regime militar, a hierarquia da igreja logo se movimentou para excomungá-los. Se não fosse pela intervenção de Shenouda em nosso favor, estaríamos em uma situação muito pior.”

“Será impossível termos um substituto à altura de Shenouda”, lamenta Bishoi. “Tenho mil e uma discordâncias com ele, mas era carismático, sabia manter a igreja unida e conter reações extremadas e ataques à comunidade por radicais islâmicos”, afirma. Com um olhar entristecido e pouco otimista, conclui: “Não é fácil ser papa no Egito”.

O processo de seleção do novo pontífice, que tradicionalmente dura no mínimo um ano, ocorrerá simultaneamente à primeira eleição democrática no país para a presidência da república. Em um país em turbulência, ameaçado de um lado pela tomada de poder por radicais islâmicos e de outro pela continuidade do regime militar, a eleição do novo papa copta torna-se um momento crucial não só para a comunidade, como para o Egito inteiro.

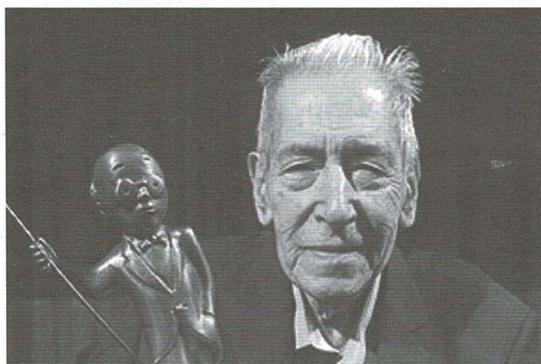
Aldo Cordeiro Sauda é cientista político e reside no Cairo desde a Revolução Egípcia

Aziz: a coerência de um intelectual que lutou por outro Brasil

Por **Maurício Costa**

É duvidoso que haja algum brasileiro que tenha conhecido tanto seu país quanto Aziz Nacib Ab'Saber. Mas é certo que ninguém conheceu mais. Em sua carreira de geógrafo, o professor Aziz visitou os centros e os rincões do Brasil, deixando uma inestimável contribuição para firmar a identidade do território brasileiro, estudando suas feições e contrastes, físicos e humanos. Embora sua vasta obra continue sendo referência para as próximas gerações, a morte de Aziz traz um vazio àquela forma de conhecimento que se faz em campo, conhecendo a realidade das pessoas, confrontando-a com os modelos e teorias. Não só isso. O Brasil também perdeu um intelectual de tipo cada vez mais raro, comprometido com as causas sociais de seu tempo.

Filho de um mascate libanês com uma brasileira de São Luiz do Paraitinga, Aziz ganhou o Brasil nos anos 1950. Em suas viagens a campo detalhou a fisionomia da paisagem brasileira e, ainda sem o auxílio dos modernos instrumentos de mapeamento, estabeleceu a tipologia do relevo que foi utilizada como a principal referência para o detalhamento que se tem hoje da geomorfologia brasileira. O geógrafo também foi o pioneiro na identificação dos domínios morfoclimáticos brasileiros, incorporando às suas elaborações estudos climáticos, hidrológicos, pedológicos, botânicos e fitogeográficos. Apesar do imenso cabedal teórico em geografia física, jamais abandonou a dimensão humana em seus estudos, preocupado sempre em elaborar



propostas que levassem em conta os sertanejos, os ribeirinhos, os povos da floresta, os retirantes, os trabalhadores em geral dentro da agigantada diversidade cultural que nosso país-continente apresenta.

Conhecer o Brasil e suas contradições físicas e humanas foi para Aziz uma importante condição para lutar para transformá-lo. Ainda que se pudesse em algum momento discordar de suas posições na universidade ou na política mais geral, a vida daquele geógrafo foi marcada pela coerência. Na universidade isso era visível. Professor emérito da USP, referência do Instituto de Estudos Avançados e presidente de honra da SBPC, não consta que tenha em algum momento submergido no mar de bajulações, negociatas e acordos tão comuns à burocracia acadêmica. Ao contrário: sempre presente nas calouradas e atividades estudantis, Ab'Saber maldizia os burocratas ao passo que valorizava as lutas estudantis e a defesa da universidade pública como espaço da livre produção de conhecimento.

A mesma coerência fez parte de sua trajetória na política. Já reconhecido como um dos maiores ambientalistas do país, Aziz Ab'Saber levou o então opositor Luiz Inácio Lula da Silva a tiracolo para percorrer o Brasil onde o geógrafo havia encontrado a identidade, as contradições e seu empenho para a transformação social. As Caravanas da Cidadania visitaram todos os estados brasileiros e foram uma resposta aos oligarcas, latifundiários,

coronéis e burocratas que tinham colocado Collor como presidente nacional em 1989, estabelecendo um retrato de um país que precisava ser mudado, remoldado e invertido para que desse conta especialmente dos abandonados pelas desigualdades sociais e pela concentração de renda.

Contudo, quando viu a trajetória histórica de Lula e do PT aliando-se, submetendo-se, adaptando-se à velha política para chegar ao poder, Aziz mais uma vez manteve-se coerente e rompeu com o governo. Foi crítico contumaz da relação subordinada do governo Lula ao agronegócio e aos usineiros. Esteve ao lado dos movimentos sociais e dos setores progressistas da sociedade contra a Transposição do Rio São Francisco e a política das grandes Barragens. Ultimamente exortava o movimento ambiental a insurgir contra as alterações no Código Florestal propondo como alternativa um Código da Biodiversidade.

Não por acaso, em 2010, o geógrafo Aziz Ab'Saber foi um importante apoiador da candidatura de Plínio de Arruda Sampaio a presidente pelo PSOL, enchendo de orgulho os ambientalistas e ecossocialistas do partido e mostrando que a verdadeira construção de um país equilibrado do ponto de vista ambiental deve estar ligada diretamente à construção de uma sociedade justa e democrática. Afora tudo que havia elaborado, com o peso de sua história e de sua obra, seu apoio ao PSOL nos deixou uma lição atual e inequívoca que o professor expressou em jornais de grande circulação:

“Digo e repito: nós no Brasil precisamos aprender a contestar os idiotas.”

Vida longa a Aziz Ab'Saber!

Maurício Costa é geógrafo e presidente do PSOL da cidade de São Paulo

EXPEDIENTE

Coordenação editorial

Sergio Granja
Roberto Robaina
Sílvia Santos
Israel Dutra
Juliano Medeiros

Projeto gráfico, editoração e direção de arte

Fernando Braga
(21) 8893 7235

Produção executiva

Sílvia Mundstock

Endereço

Av. Rio Branco, 185
Sala 1525 - Centro
Rio de Janeiro - RJ
CEP 20.040-007
Fone (21) 2215 2491

FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS

DIRETORIA

Presidente de honra
Oraida Policena de Andrade Campos

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Carlos Roberto de Souza Robaina

Diretor Técnico
Luiz Arnaldo Dias Campos

Diretor Financeiro
Rodrigo da Silva Pereira

CONSELHO DE CURADORES

Presidente
Mário Agra Junior

Vice-presidente
José Enrique Morales Bicca

Membros titulares

Heloísa Helena Lima de Moraes Carvalho
Ewerson Claudio de Azevedo
Ema Regina Greber Carneiro
Breno de Souza Rocha
Antonio Jacinto Filho

Membros suplentes

Israel Pinto Dornelles Dutra
Juliano Medeiros
Honório Luiz de Oliveira Rego

CONSELHO FISCAL

Presidente
Antonio Carlos de Andrade

Membros titulares

Alexandre Varela
Luciana Gomes de Araújo

Membros suplentes

Jaqueline Teresa Aguiar
João Batista Oliveira de Araújo

PAI HEROI

